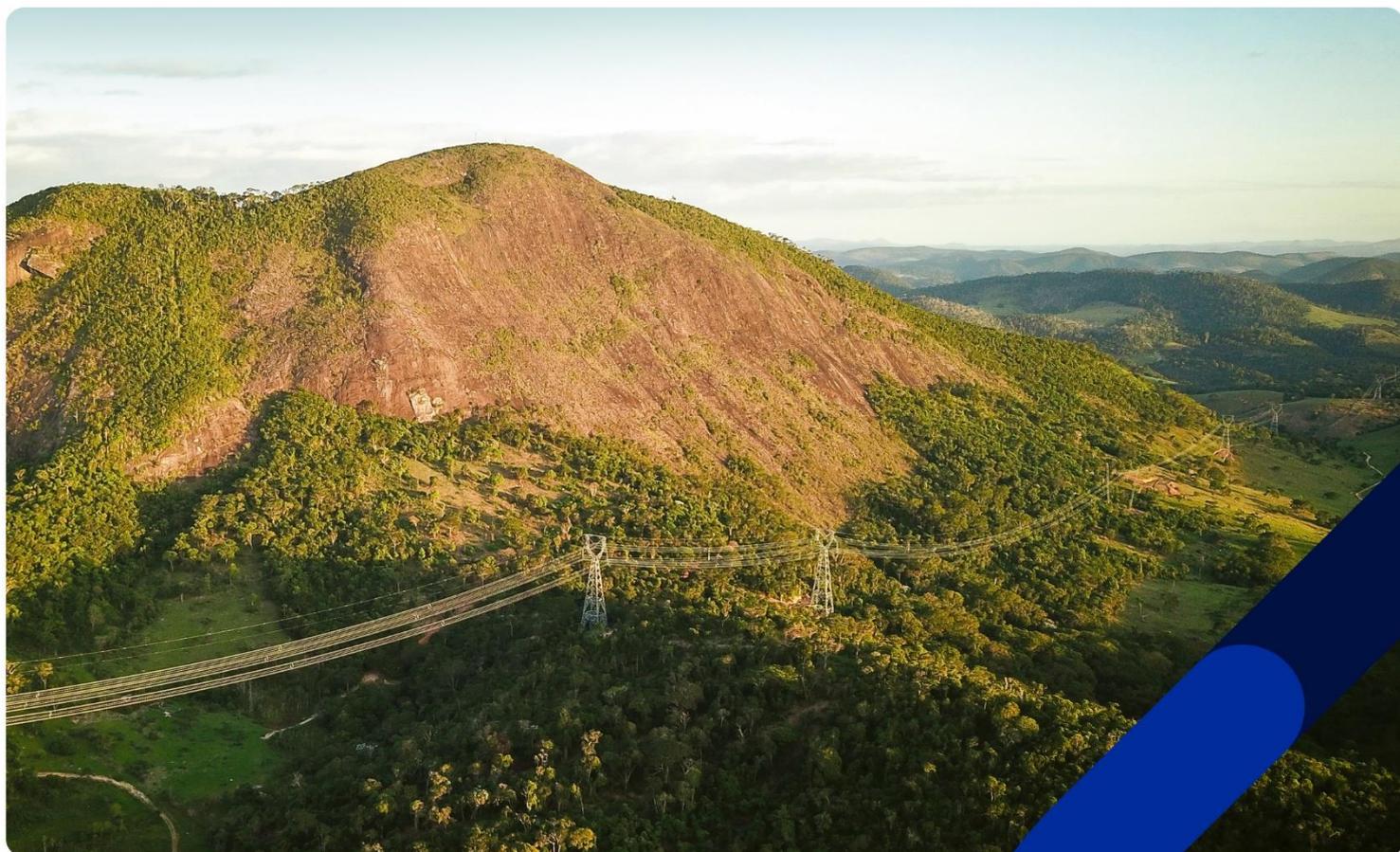




ri.taesa.com.br

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

1T25



Eficiência que impulsiona.

Resultados do 1º trimestre de 2025



Rio de Janeiro, 7 de maio de 2025

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA” ou “Companhia”; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do primeiro trimestre de 2025.

Destaques do trimestre



Receita Líquida Reg. 1T25

R\$ 597,9 milhões (+3,8%)



EBITDA Reg. 1T25

R\$ 509,6 milhões (+6,9%)



OPEX Reg. 1T25

R\$ 88,3 milhões (-10,8%)



Lucro Líquido Reg. 1T25

R\$ 188,3 milhões (-0,7%)



CAPEX 1T25

R\$ 267,9 milhões (+247,0%)



Energização antecipada dos dois reforços de **Novatrans** com uma RAP autorizada total de R\$ 38,9 MM



Entrada em operação parcial de **Pitiguari** com 26 meses de antecipação



17ª Emissão de Debêntures verdes incentivadas no total de R\$ 650 milhões



Distribuição de Proventos R\$ 188,3 milhões

Videoconferência de Resultados

Quinta-feira, 8 de maio de 2025

11h00 (BRT) | 10h00 (NYT)

Webcast em Português: [Clique aqui](#)

Português com tradução simultânea para o inglês

Contatos RI:

investor.relations@taesa.com.br

<https://ri.taesa.com.br/>

+55 21 2212 6000

Resultados do 1º trimestre de 2025



ÍNDICE

1.	RESUMO DO RESULTADO REGULATÓRIO.....	4
2.	VISÃO GERAL.....	7
2.1.	Estrutura Societária.....	7
2.2.	Estrutura Societária TBE.....	8
2.3.	Estrutura Societária AIE.....	8
3.	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	9
3.1.	Desempenho Operacional	9
3.2.	Ciclo da RAP 2024-2025.....	10
3.3.	Resultado Regulatório.....	12
3.3.1.	Receita Líquida	12
3.3.2.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização.....	13
3.3.3.	EBITDA e Margem EBITDA	14
3.3.4.	Composição do EBITDA	15
3.3.5.	Resultado de Equivalência Patrimonial.....	16
3.3.6.	Resultado Financeiro Líquido	17
3.3.7.	Impostos.....	18
3.3.8.	Lucro Líquido	20
3.4.	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.....	21
3.5.	Endividamento	22
3.6.	Empreendimentos de Grande Porte em Construção	24
3.6.1.	Investimentos	25
3.6.2.	Premissas Divulgadas.....	26
3.6.3.	Status dos Projetos	26
3.7.	Resultado Societário (IFRS)	30
3.7.1.	Receita Líquida	30
3.7.2.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização.....	32
3.7.3.	Resultado de Equivalência Patrimonial.....	33
3.7.4.	Resultado Financeiro Líquido	33
3.7.5.	Impostos.....	34
3.7.6.	Lucro Líquido	35
4.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	36
4.1.	Valor Residual.....	36
4.2.	Movimentação do Ativo Contratual (IFRS).....	37
4.3.	DRE 1T25	38
4.4.	DRE Regulatório 1T25 (Subsidiárias)	39
4.5.	DRE IFRS 1T25 (Subsidiárias)	40
4.6.	Conciliação DRE IFRS x Regulatório.....	41
4.7.	Balanço Patrimonial	42
4.8.	Fluxo de Caixa Regulatório.....	43
4.9.	Fluxo de Caixa IFRS.....	44

Resultados do 1º trimestre de 2025



1. RESUMO DO RESULTADO REGULATÓRIO

Regulatório Consolidado			
R\$ MM	1T25	1T24*	Var.%
Disponibilização do sistema de transmissão	669,6	659,5	1,5%
Parcela variável	(6,7)	(19,9)	-66,1%
Outras receitas operacionais	0,4	0,3	44,3%
Receita operacional bruta	663,3	639,9	3,7%
Deduções da receita bruta	(65,4)	(64,1)	2,0%
Receita operacional líquida	597,9	575,9	3,8%
Custos e Despesas	(88,3)	(99,0)	-10,8%
EBITDA	509,6	476,9	6,9%
<i>Mg. EBITDA</i>	<i>85,2%</i>	<i>82,8%</i>	<i>2,4 pp</i>
Depreciação e amortização	(90,4)	(88,3)	2,3%
EBIT	419,2	388,5	0,6%
Resultado de equivalência patrimonial	98,5	108,6	-9,3%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(344,3)	(301,9)	14,0%
Resultado antes dos impostos e contribuições	173,5	195,2	-11,1%
Imposto de renda e contribuição social	14,8	(5,7)	-
Lucro líquido do exercício	188,3	189,5	-0,7%

Regulatório Consolidação Proporcional			
R\$ MM	1T25	1T24*	Var.%
Disponibilização do sistema de transmissão	932,1	913,5	2,0%
Parcela variável	(7,7)	(19,9)	-61,4%
Outras receitas operacionais	0,4	0,3	44,3%
Receita operacional bruta	924,9	893,9	3,5%
Deduções da receita bruta	(88,9)	(87,7)	1,4%
Receita operacional líquida	835,9	806,1	3,7%
Custos e Despesas	(107,5)	(116,1)	-7,4%
EBITDA	728,5	690,0	5,6%
<i>Mg. EBITDA</i>	<i>87,1%</i>	<i>85,6%</i>	<i>1,5 pp</i>
Depreciação e amortização	(116,3)	(114,5)	1,6%
EBIT	612,2	575,6	6,4%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(413,9)	(366,4)	13,0%
Resultado antes dos impostos e contribuições	198,3	209,1	-5,2%
Imposto de renda e contribuição social	3,7	(6,0)	-
Amortização do Ágio TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%
Lucro líquido do exercício	188,3	189,5	-0,7%

Endividamento			
R\$ MM	1T25	1T24*	Var.%
Dívida Líquida	11.542,4	10.782,2	7,1%
Dívida Líquida/EBITDA	4,1	3,8	0,3 pp

* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 31 de março de 2025.

Resultados do 1º trimestre de 2025



Resumo das Principais Explicações (1T25 x 1T24):

TEMA	RESUMO
RAP	Aumento de 1,5% é explicado pelo reajuste inflacionário do IPCA no ciclo 2024-2025 (categoria 3), de +3,9%, pela entrada em operação dos reforços da Novatrans entre novembro de 2024 e fevereiro de 2025, e pela energização parcial (20%) de Pitiguari ao final de 2024. Este aumento foi compensando, em parte, pelo reajuste negativo do IGP-M no ciclo 2024-2025 da RAP (categoria 2), de -0,3%.
Parcela Variável	Queda de R\$ 13,2 MM se deve principalmente a eventos de maior impacto em Janaúba, Novatrans e Sant'Ana no 1T24.
OPEX	Melhora de 10,8% no OPEX motivado por eficiência de custos principalmente na linha de Pessoal e Serviços de Terceiros, e por eventos não recorrentes no 1T24. Excluindo estes eventos não recorrentes, a redução no OPEX foi de 0,7%, mesmo com inflação de 5,5% nos últimos 12 meses.
Equivalência Patrimonial	Queda de 9,3% é explicada por evento não recorrente na ETAU relativo à baixa de tributos diferidos decorrente da alteração de regime fiscal no 1T24, além do efeito macroeconômico negativo na receitas das concessões de categoria 2 (IGP-M) e nas despesas financeiras das empresas participadas. Estes efeitos foram compensados pela renovação do benefício fiscal SUDAM na EATE (TBE) no 3T24 e o reajuste inflacionário do IPCA para as concessões de categoria 3.
Resultado Financeiro	Crescimento de 14,0% é resultado basicamente do maior IPCA e CDI, maior volume de dívida e menor caixa médio observado entre os trimestres.
IR/CS	Redução de R\$ 20,5 MM se deve principalmente a baixa extemporânea nos passivos diferidos fiscais referentes à amortização de custos de debêntures e ágio, no total de R\$ 29,5 MM, e redução do lucro antes dos impostos. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela baixa de tributos diferidos em função da alteração de regime tributário da Brasnorte em 2024, e redução dos incentivos fiscais das concessões decorrente do prejuízo fiscal na TAESA controladora.

Resultado Societário (IFRS):

O resultado IFRS consta ao final deste release na seção 3.7. Para maiores detalhes sobre este resultado, acesse as demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 31 de março de 2025.

Resultados do 1º trimestre de 2025



Reapresentação das Demonstrações Financeiras da TAESA a partir de 1º de janeiro de 2023:

As informações financeiras comparativas estão sendo reapresentadas em virtude do ajuste da RAP de determinados projetos pela revisão tarifária periódica (Resolução Homologatória 3.343/2024), de acordo com as orientações do “CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”.

As tabelas deste relatório refletem os ajustes apresentados abaixo. Para mais detalhes sobre a reapresentação dos resultados passados, acesse a nota explicativa nº 4 do ITR findo em 31 de março de 2025.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS TRIMESTRAIS

REGULATÓRIO

REGULATÓRIO (em R\$ MM)	1T24		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Disponibilização do sistema de transmissão	668,6	(9,0)	659,5
Parcela variável	(19,9)	-	(19,9)
Outras receitas operacionais	0,3	-	0,3
Receita operacional bruta	649,0	(9,0)	639,9
Deduções da receita bruta	(65,0)	0,9	(64,1)
Receita operacional líquida	584,0	(8,1)	575,9
Custos e Despesas	(99,0)	-	(99,0)
EBITDA	485,0	(8,1)	476,9
Depreciação e amortização	(88,3)	-	(88,3)
EBIT	396,7	(8,1)	388,5
Resultado de equivalência patrimonial	108,6	-	108,6
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(303,9)	1,9	(301,9)
Resultado antes dos impostos e contribuições	201,4	(6,2)	195,2
Imposto de renda e contribuição social	(8,2)	2,5	(5,7)
Lucro líquido do exercício	193,2	(3,7)	189,5

IFRS

IFRS (em R\$ MM)	1T24		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Remuneração do ativo contratual de concessão	288,3	(2,3)	286,0
Correção monetária do ativo contratual de concessão	134,5	0,4	134,9
Operação e manutenção	267,7	(0,3)	267,4
Construção e indenização	119,1	-	119,1
Parcela variável	(19,9)	-	(19,9)
Outras receitas operacionais	14,1	-	14,1
Receita operacional bruta	803,8	(2,2)	801,6
Deduções da receita bruta	(72,5)	0,4	(72,1)
Receita operacional líquida	731,3	(1,8)	729,5
Custos e despesas	(173,2)	-	(173,2)
EBITDA	558,2	(1,8)	556,3
Depreciação de amortização	(4,6)	-	(4,6)
EBIT	553,5	(1,8)	551,7
Resultado de equivalência patrimonial	157,2	-	157,2
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(303,9)	1,9	(302,0)
Resultado antes dos impostos e contribuições	406,9	0,1	407,0
Imposto de renda e contribuição social	(32,8)	0,6	(32,3)
Lucro líquido do exercício	374,0	0,7	374,7

Resultados do 1º trimestre de 2025



2. VISÃO GERAL

2.1. Estrutura Societária

As 44 concessões/participações de transmissão detidas pela TAESA estão segregadas em: (i) 14 concessões que compõem a empresa *holding* (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III, Sant'Ana, Saíra e Miracema), (ii) 11 investidas integrais (Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Janaúba, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará e Juruá); e (iii) 19 participações (ETAU e os grupos AIE e TBE). Em 29 de dezembro de 2023, foi celebrado a incorporação das controladas ATE III, Sant'Ana e Saíra, enquanto a incorporação de Miracema foi celebrada em 30 de abril de 2024.

Atualmente, a Companhia possui 5 empreendimentos de grande porte em construção (Ananaí, Pitiguari, Tangará, Saíra e Juruá) e 5 reforços de maior porte em 4 concessões (TSN, São Pedro, ATE e ATE III). Vide status dos empreendimentos e reforços na seção 3.6.

Em 27 de setembro de 2024, a Companhia sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 3 do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2024, nomeado de Juruá Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Juruá), cujo contrato de concessão foi assinado em 9 de dezembro de 2024.

Para maiores informações de organograma, vide a página de Estrutura Societária no site de RI da Companhia: <https://ri.taesa.com.br/governanca-corporativa/estrutura-societaria/>



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A

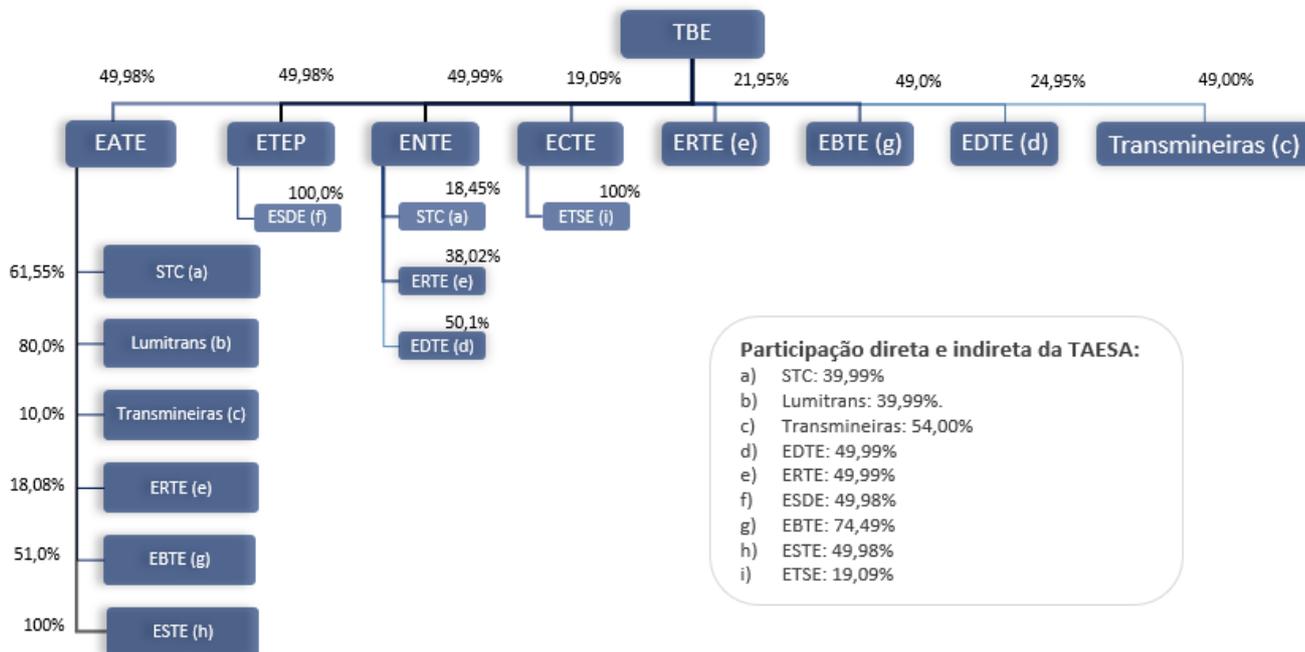
² Juruá – Lote 3 adquirido no Leilão ANEEL 02/2024, cujo contrato de concessão foi assinado em 09/12/2024.

³ Saíra foi incorporada à Taesa em 29/12/23, mas continua em construção.

Resultados do 1º trimestre de 2025

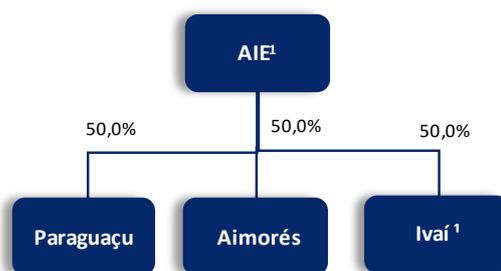


2.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar. Transmineiras - Conjunto de participações em 3 concessões: Transirapé, Transleste e Transudeste, cuja gestão operacional é realizada pelo grupo TBE.

2.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico com participação de 50% TAESA e 50% ISA Energia Brasil S.A.

Resultados do 1º trimestre de 2025



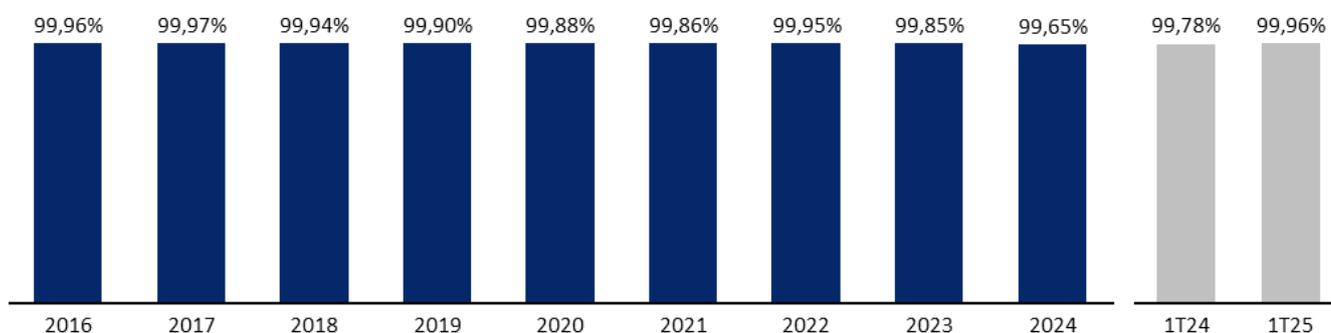
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Desempenho Operacional

Índice de Disponibilidade

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.

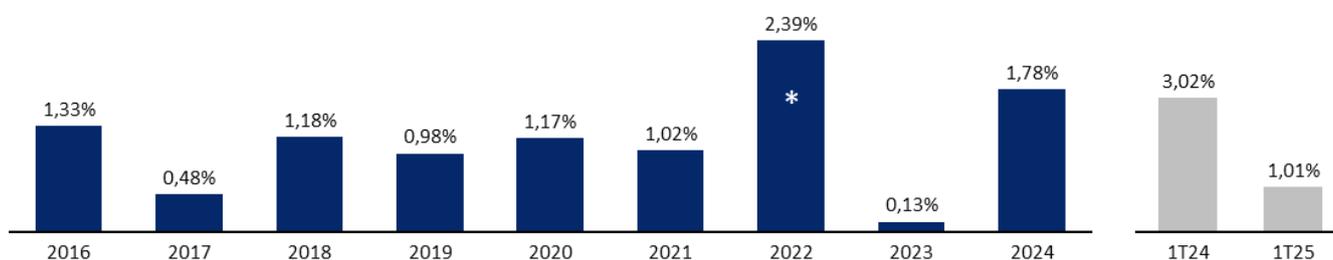
Alinhado com o alto desempenho operacional verificado ao longo dos anos, a TAESA tem apresentado um alto índice disponibilidade, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, sem considerar as suas participações (ETAU, AIE e TBE).



Parcela Variável

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, o desempenho da Companhia é melhor verificado através da análise do valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.

A PV contabilizada no 1T25 foi de R\$ 6,7 MM, equivalente a 1,01% da RAP do mesmo período. Os principais eventos que impactaram a Parcela Variável do trimestre foram os seguintes, por ordem de relevância: (i) Saíra: provisão pelo desligamento intempestivo na LT 500 kV Garabi 1 / Santo Ângelo devido a uma explosão do Transformador de Potencial Capacitivo (TPC) no terminal da SE Santo Ângelo, ocorrido em março de 2025; e (ii) ATE III: provisão pelo desligamento intempestivo na LT 500 kV Itacaiúnas / Colinas C1 devido a uma intercorrência no banco de reatores da SE Colinas, ocorrido também em março de 2025.



* PV referente ao evento de caso furtivo da queda de torres na LT 500 kV Imperatriz- Colina C2 ocorrida em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao (SIN).

Resultados do 1º trimestre de 2025



3.2. Ciclo da RAP 2024-2025

Em 16 de julho de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.348/2024 (“REH 3.348”) que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2024-2025, passando a valer a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, afetando, portanto, o resultado da TAESA a partir do 3T24. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de -0,34% (deflação), e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de +3,93%. Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da TAESA para o ciclo 2024-2025 é de R\$ 4,1 bilhões, sendo 54,8% no nível da *holding*. A RAP operacional da TAESA para o ciclo 2024-2025 ficou em R\$ 3,7 bilhões, em linha com o ciclo 2023-2024.

O reajuste da RAP para o ciclo 2024-2025 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) reposicionamento da RAP pela correção de valores provisórios de reforços, que afetou Novatrans, TSN, ETEO, NTE, STE, ATE I, ATE II, ATE III, EATE, ETEP, ENTE, Transirapé, ATE III, Mariana, Miracema, Brasnorte, EBTE, ESDE, ETSE e São Pedro; (ii) ATE I e São Pedro possuem reforços autorizados; e (iii) Novatrans, ETAU, ETEO, ATE III e STC sofrem redução da RAP pelo final da vida útil, conforme explicado abaixo.

A REH 3.348 também estabeleceu as Parcelas de Ajustes de Vida Útil (PA – Vida Útil) e Parcelas de Ajustes de Retroatividade (PA – Retroatividade) além das PAs de Apuração, que são publicadas a cada novo ciclo. A Companhia não registra no resultado as parcelas de ajustes advindas de antecipações de ciclos anteriores, uma vez que se tratam de compensações ou ressarcimentos em relação à receita contratada.

A PA de Vida Útil é calculada quando a Transmissora possui ativo cuja vida útil termina até a sua próxima Revisão Periódica. Cada módulo nessa condição deixa de auferir o Custo Anual dos Ativos Elétricos-CAAE e o Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis-CAIMI como parte da RAP, passando a receber esses componentes como Parcela de Ajuste de Vida Útil.

A PA de Retroatividade é utilizada para corrigir os valores provisórios desde o início da operação comercial até a data da revisão tarifária de projetos de reforços. Conforme estabelecido nas Regras da Transmissão, a receita revisada de reforços autorizados retroagirá à data de entrada em operação comercial da obra, sendo que a eventual diferença decorrente da revisão do valor será considerada na RAP da Transmissora através da PA de Retroatividade. Essa parcela deve ser debitada ou creditada anualmente a partir de julho de 2024 até a próxima Revisão Periódica da Concessionária.

Para a PA de Retroatividade, a cobrança será feita em diversos ciclos tarifários, a saber: (i) 5 ciclos para Novatrans, TSN, ETEO, NTE, STE, ATE I, ATE II, ATE III, Mariana, ENTE, EATE, EBTE, São Pedro e Transirapé; (ii) 4 ciclos para Brasnorte; (iii) 3 ciclos para ETSE; (iv) 2 ciclos para Miracema; e (v) 1 ciclo para ESDE.

Os valores publicados de RAP e de PA das concessões, cujos contratos são indexados pelo IPCA, foram adicionados de PIS/COFINS para ficarem alinhados às concessões indexadas pelo IGP-M, uma vez que as RAPs destas últimas já vêm adicionadas de PIS/COFINS na resolução homologatória.

A tabela abaixo mostra em maiores detalhes os valores de RAP e PA dos empreendimentos em operação e construção para o ciclo 2024-2025.

Resultados do 1º trimestre de 2025



(R\$ MM)	Ciclo 2024-2025					
	RAP			Parcela de Ajuste		
IGP-M Reajuste: -0,34%	Operacional	Em Construção	Total RAP	PA - Apuração e Outros Ajustes	PA - Retroatividade	PA - Vida Útil
Novatrans ⁴	510,4	-	510,4	(24,5)	(35,4)	0,3
TSN	478,3	10,6	488,9	(21,4)	(5,6)	-
Munirah	31,5	-	31,5	(1,3)	-	-
GTESA	8,5	-	8,5	(0,4)	-	-
PATESA	26,1	-	26,1	(2,0)	0,0	-
ETAU ¹	37,8	-	37,8	(1,3)	-	4,1
ESEO	152,3	-	152,3	(6,1)	0,1	0,1
NTE	133,0	-	133,0	(5,8)	(0,2)	-
STE	74,1	-	74,1	(3,9)	0,0	-
ATE I	128,8	17,5	146,3	(5,6)	0,0	-
ATE II	201,7	-	201,7	(9,2)	0,1	-
EATE ¹	188,9	-	188,9	(7,8)	0,0	-
ESEP ¹	42,5	-	42,5	(1,8)	0,0	-
ENTE ¹	97,2	-	97,2	(4,2)	(0,0)	-
ECTE ¹	15,7	-	15,7	(0,7)	-	-
ERTE ¹	22,2	-	22,2	(0,4)	-	-
Lumitrans ¹	9,2	-	9,2	(0,4)	-	-
Transleste ¹	19,0	-	19,0	(0,8)	-	-
Transirapé ¹	24,2	-	24,2	(0,5)	0,2	-
Transudeste ¹	11,8	-	11,8	(0,5)	-	-
Subtotal	2.213,3	28,0	2.241,3	(98,8)	(40,7)	4,4
IPCA Reajuste: 3,93%	Operacional	Em Construção	Total RAP	PA - Apuração e Outros Ajustes	PA - Retroatividade	PA - Vida Útil
ATE III ³	98,5	6,4	104,9	(5,0)	(0,3)	0,3
São Gotardo	7,5	-	7,5	0,0	-	-
Mariana	22,7	-	22,7	(1,0)	0,6	-
Miracema	99,0	-	99,0	(4,7)	0,3	-
Janaúba	278,2	-	278,2	(11,0)	-	-
Aimorés ¹	56,9	-	56,9	(2,4)	-	-
Paraguaçu ¹	84,9	-	84,9	2,0	-	-
Brasnorte	40,1	-	40,1	0,1	(0,3)	-
STC ¹³	14,0	-	14,0	(0,5)	-	1,8
EBTE ¹	54,9	-	54,9	(2,0)	0,0	-
ESDE ¹	9,8	-	9,8	(0,3)	0,0	-
ETSE ¹	7,1	-	7,1	(0,2)	0,2	-
ESTE ¹	80,4	-	80,4	(3,7)	-	-
Ivai ¹	206,8	-	206,8	(12,2)	-	-
EDTE ¹	49,8	-	49,8	(2,1)	-	-
Sant'Ana	88,3	-	88,3	1,1	0,0	-
São João	67,0	-	67,0	(2,8)	-	-
São Pedro	78,5	11,1	89,6	(4,1)	3,3	-
Lagoa Nova	16,8	-	16,8	(1,4)	-	-
Ananai ²	-	162,5	162,5	-	-	-
Pitiguari ^{2 5}	4,4	17,8	22,2	-	-	-
Tangará ²	-	102,8	102,8	-	-	-
Saíra ²	130,5	51,5	182,0	(8,3)	-	-
Juruá ²	-	17,8	17,8	-	-	-
Subtotal	1.496,3	369,8	1.866,2	(58,5)	3,8	2,1
Total¹	3.709,7	397,8	4.107,5	(157,2)	(36,9)	6,5

Obs: Todos valores de RAP estão adicionados de PIS/COFINS

¹ Valor proporcional à participação da Taesa

² Em Construção

³ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁴ Entrada dos reforços de Novatrans entre dez-2024 e fev-2025, sendo sua RAP estimada a ser reconhecida no resultado de aproximadamente R\$ 35 MM

⁵ Energização parcial de Pitiguari em jan-2025 contabilizando uma RAP de R\$ 4,4 MM

Resultados do 1º trimestre de 2025



3.3. Resultado Regulatório

3.3.1. Receita Líquida

A Receita Líquida Regulatória no 1T25 alcançou R\$ 597,9 MM, 3,8% maior que o registrado no 1T24, explicada principalmente pela redução da Parcela Variável e pelo reajuste positivo do IPCA no ciclo RAP 2024-2025 para as concessões de categoria 3, além da entrada em operação dos reforços de Novatrans e parcial de Pitiguari (20%). Estes efeitos foram compensados, em parte, pelo reajuste negativo do IGP-M no mesmo ciclo para as concessões de categoria 2.

O aumento na linha da RAP de 1,5% entre o 1T25 e o 1T24 é explicada pelo reajuste inflacionário do IPCA no ciclo 2024-2025 da RAP (categoria 3), em +3,9% e pela entrada em operação dos reforços de Novatrans e parcial (20%) do empreendimento de Pitiguari. Este aumento foi compensando, em parte, pelo reajuste negativo do IGP-M no mesmo ciclo (categoria 2), em -0,3%.

A Parcela Variável (PV) apresentou uma queda de R\$ 13,2 MM na comparação entre os períodos principalmente em função dos seguintes eventos de maior impacto contabilizados no 1T24: (i) Janaúba: provisões pelo desligamento intempestivo, ocorrido em janeiro de 2024, da LT 500 kV Bom Jesus da Lapa 2 / Janaúba 3, provocado pela falha de um dos componentes de sustentação dos cabos em uma das torres da LT e desligamentos programados para a manutenção corretiva e preventiva relacionadas a esta ocorrência, no valor total de R\$ 13,4 MM; (ii) Novatrans: provisão referente ao desligamento automático do banco de capacitores da SE Gurupi, ocorrido em março de 2024; e (iii) Sant'Ana: provisão referente ao desligamento automático da LT 230 kV Santa Maria 3 / Livramento 3 C1, ocorrido em janeiro de 2024; e (iv) TSN: reversão no 1T25 de provisão referente ao desligamento da LT 500 kV Serra da Mesa 2 – Rio das Éguas, para intervenção de reforços e melhorias, ocorrido em outubro de 2020. Estes eventos foram parcialmente compensados por 2 eventos de maior impacto contabilizados no 1T25: (i) Saíra: provisão pelo desligamento intempestivo na LT 500 kV Garabi 1 / Santo Ângelo devido a uma explosão do Transformador de Potencial Capacitivo (TPC) no terminal da SE Santo Ângelo, ocorrido em março de 2025; e (ii) ATE III: provisão pelo desligamento intempestivo na LT 500 kV Itacaiúnas / Colinas C1 devido a uma intercorrência no banco de reatores da SE Colinas, ocorrido também em março de 2025.

O aumento nas deduções da receita de 2,0% na comparação entre os trimestres se deve, principalmente, pelo aumento do PIS/COFINS corrente em função do aumento na RAP.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	1T25	1T24*	Var.%
RAP Concessionárias	669,6	659,5	1,5%
Parcela Variável	(6,7)	(19,9)	-66,1%
Receita do Serviço	662,9	639,6	3,6%
Outras receitas operacionais	0,4	0,3	44,3%
Receita operacional bruta	663,3	639,9	3,7%
PIS e COFINS	(38,9)	(37,0)	5,0%
ISS	(0,2)	(0,1)	65,4%
ICMS	(0,1)	(0,0)	525,7%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26,3)	(26,9)	-2,5%
Total Deduções	(65,4)	(64,1)	2,0%
Receita operacional líquida	597,9	575,9	3,8%

* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 31 de março de 2025.

Resultados do 1º trimestre de 2025



3.3.2. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 178,7 MM no 1T25, 4,6% menor quando comparado ao 1T24. Os custos de PMSO somaram R\$ 88,3 MM, registrando uma queda anual de 10,8%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)			
R\$ MM	1T25	1T24	Var.%
Pessoal	(62,2)	(66,5)	-6,4%
Material	(1,1)	(1,4)	-23,2%
Serviço de terceiros	(17,9)	(20,5)	-12,7%
Outros	(7,1)	(10,6)	-32,8%
Total	(88,3)	(99,0)	-10,8%
Depreciação e amortização	(90,4)	(88,3)	2,3%
Total	(178,7)	(187,3)	-4,6%

- **Pessoal:**

A queda de 6,4% na comparação entre os trimestres é explicado, principalmente, pelo (i) efeito no 1T24 do pagamento da PLR de 2023 acima da provisão estimada, (ii) reestruturação organizacional, (iii) maior volume de vagas em aberto, e (iv) despesas não-recorrentes no 1T24 de verbas rescisórias, no montante de R\$ 1,7 MM. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo (i) reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 2024 em +3,9% (IPCA), (ii) aumento de quadro, e (iii) méritos e promoções.

- **Material:**

A redução de R\$ 0,3 MM entre os períodos comparados se deve a menores gastos com materiais de operação e manutenção, compensado em parte por maiores gastos com manutenção de veículos.

- **Serviços de Terceiros:**

A redução de 12,7% na comparação entre o 1T25 e o 1T24 foi influenciada, principalmente, por (i) menores gastos com serviços de limpeza e conservação, motivado principalmente por despesas não recorrentes realizadas no 1T24, no montante de R\$ 2,7 MM, relativas à compensação ambiental prevista no contrato de compra e venda de São João e que já foram ressarcidas pelo acionista anterior (Âmbar), e (ii) menores gastos com serviços de manutenção. Estes efeitos foram parcialmente compensados por maiores gastos com licenças de softwares.

- **Outros:**

A redução de R\$ 3,5 MM no 1T25 se deve principalmente à baixa de ativos no 1T24, no valor de R\$ 5,6 MM, em função do Termo de Transferência Não Onerosa (TTNO) de Sant'Ana para STE conforme previsto no edital do leilão. Estes efeitos foram compensados, em parte, pelo aumento de provisões de contingências cíveis.

Resultados do 1º trimestre de 2025



Segue tabela abaixo com os custos e despesas recorrentes:

Custos e Despesas Recorrentes - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	1T25	1T24	Var. %
Pessoal	(62,2)	(64,8)	-4,0%
Material	(1,1)	(1,4)	-23,2%
Serviço de terceiros	(17,9)	(17,8)	0,6%
Outros	(7,1)	(4,9)	44,1%
Total	(88,3)	(88,9)	-0,7%

O aumento de 2,3% na linha de depreciação e amortização na comparação entre o 1T25 e o 1T24 refere-se basicamente à unitização de ativos no 4T24.

3.3.3. EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA Regulatório do 1T25 atingiu R\$ 509,6 MM, 6,9% maior que o registrado no 1T24, e a margem EBITDA atingiu 85,2% (+2,4pp versus 1T24). O desempenho no EBITDA e margem EBITDA é explicado pelo (i) aumento da receita líquida em função da energização dos reforços da Novatrans, entrega parcial de Pitiguari, e menor Parcela Variável decorrente de eventos atípicos no 1T24, além do reajuste inflacionário do IPCA no ciclo 2024-2025 da RAP (+3,9%) para os contratos de categoria 3, e (ii) menores custos e despesas, conforme mencionados mais acima. Este aumento foi compensando, em parte, pelo reajuste negativo do IGP-M no mesmo ciclo (categoria 2), em -0,3%.

Desconsiderando os eventos não-recorrentes do 1T24, principalmente o evento atípico de PV em Janaúba e os custos e despesas não recorrentes do trimestre, o EBITDA apresentou um crescimento de 2,1% na comparação com o EBITDA ajustado do 1T24 (R\$ 499,2 MM) e a margem EBITDA permanece de 85,2% (+0,4pp versus 1T24).

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	1T25	1T24*	Var. %
Receita líquida	597,9	575,9	3,8%
Custos e despesas	(88,3)	(99,0)	-10,8%
EBITDA	509,6	476,9	6,9%
Margem EBITDA	85,2%	82,8%	2,4 pp

* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 31 de março de 2025

Ajustes mencionados

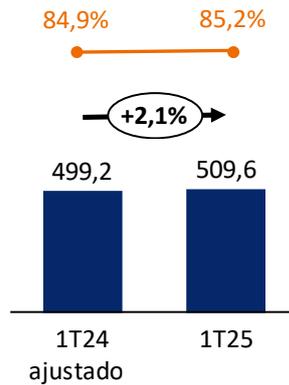
R\$ MM	1T25	1T24*
Parcela Variável	-	(13,4)
Custos e despesas	-	(10,1)

EBITDA Regulatório ajustado (Consolidado)⁽¹⁾

R\$ MM	1T25	1T24*	Var. %
Receita líquida	597,9	588,2	1,7%
Custos e despesas	(88,3)	(88,9)	-0,7%
EBITDA	509,6	499,2	2,1%
Margem EBITDA	85,2%	84,9%	0,4 pp

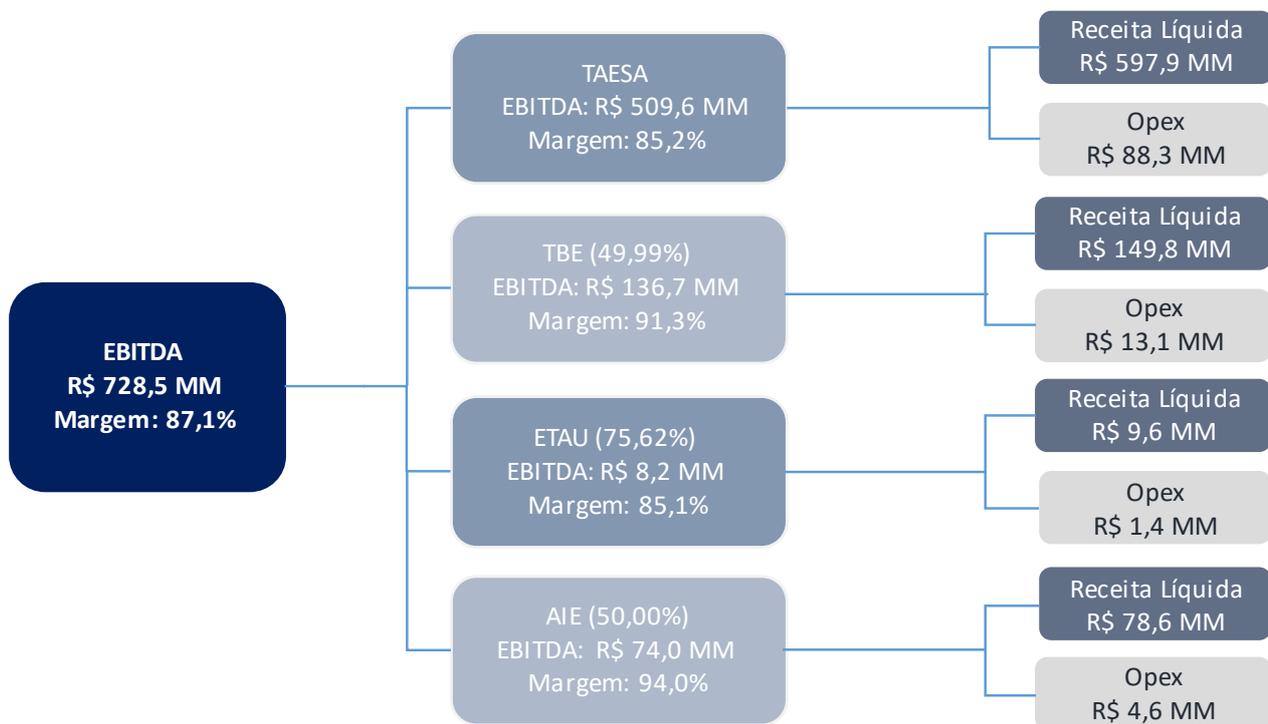
(1) A receita líquida ajustada exclui os ajustes mencionados no Release do 1T24 referente a receita (PV) com os seus respectivos impactos na linha de deduções da receita, além de custos e despesas não recorrentes na linha de Pessoal, despesa reembolsada referente à São João (contrato Âmbar) e baixa de ativos relativo ao TTNO de Sant'Ana para STE.

Resultados do 1º trimestre de 2025



3.3.4. Composição do EBITDA

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório no primeiro trimestre de 2025 considerando todas as concessões do grupo TAESA proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, AIE e TBE).



Resultados do 1º trimestre de 2025



3.3.5. Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 1T25 totalizou R\$ 98,5 MM, 9,3% menor que o registrado no 1T24.

Equivalência Patrimonial - Regulatório			
R\$ MM	1T25	1T24	Var.%
ETAU	7,2	24,3	-70,4%
TBE	78,7	72,1	9,1%
Aimorés	9,5	10,0	-4,8%
Paraguaçu	14,2	13,8	2,5%
Ivaí	2,6	2,0	29,2%
Resultado das Controladas	112,1	122,3	-8,3%
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial	98,5	108,6	-9,3%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 1T25 apresentou uma queda de 9,3% na comparação com 1T24, explicado por: (i) baixa de tributos diferidos na ETAU no 1T24 decorrente da alteração de regime tributário; (ii) reajuste inflacionário do IGP-M (-0,34%) no ciclo da RAP 2024-2025 para as concessões de categoria 2; e (iii) aumento do IPCA impactando as despesas financeiras, majoritariamente na TBE e Ivaí. Estes efeitos foram compensados pela (i) renovação do benefício fiscal SUDAM na EATE (TBE) no 3T24, (ii) reajuste inflacionário do IPCA no ciclo da RAP 2024-2025 (+3,9%) para as concessões de categoria 3, e (iii) reposicionamento tarifário negativo de RAP no 1T24 referente ao reforço da ERTE (TBE).

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na TAESA e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

Resultados do 1º trimestre de 2025



3.3.6. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 344,3 MM no 1T25, 14,0% maior que o registrado no 1T24.

Resultado Financeiro Regulatório

R\$ MM	1T25	1T24*	Var.%
Receitas Financeiras	21,8	26,2	-15,6%
Renda de aplicação financeira	20,2	23,9	-15,6%
Outras Receitas financeiras	1,6	2,3	-29,1%
Despesas Financeiras	(366,0)	(328,1)	11,6%
Juros incorridos	(219,9)	(198,1)	11,0%
Variações monetárias e cambiais	(141,9)	(124,0)	14,4%
Outras despesas/receitas financeiras	(4,3)	(5,9)	-27,4%
Total Regulatório	(344,3)	(302,0)	14,0%

* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 31 de março de 2025.

A queda anual de R\$ 4,4 MM nas receitas financeiras ocorreu em função do menor volume médio de caixa aplicado entre os trimestres comparados, apesar do aumento do CDI (+2,94% no 1T25 versus +2,62% no 1T24), impactando a renda de aplicação financeira, além da menor receita de juros sobre depósitos judiciais em outras receitas financeiras.

O aumento de 11,0% entre o 1T25 e o 1T24 na linha de juros incorridos se deve, principalmente, ao aumento do volume médio da dívida causado pela 17ª emissão de debêntures da Companhia no montante total de R\$ 650 milhões e pelo reajuste do principal das dívidas em IPCA, além do aumento do CDI conforme mencionado acima.

O aumento anual de 14,4% na linha de variações monetárias e cambiais é explicado pelo aumento do IPCA registrado (+2,00% no 1T25 versus +1,82% no 1T24) e IGP-M (+2,29% no 1T25 versus +0,29% no 1T24) entre os trimestres, e maior volume médio da dívida indexada à inflação, além da variação cambial de instrumento financeiro de proteção cambial (*Non-Deliverable Forward* - NDF) na compra de equipamentos em moeda estrangeira para Saíra e a nova contratação de NDF para Juruá.

A linha de outras despesas financeiras apresentou uma queda de R\$ 1,6 MM na comparação entre os trimestres explicada, basicamente, por maiores atualizações sobre créditos tributários pela taxa Selic e menores despesas bancárias, compensados parcialmente por maior variação monetária de (i) ativos e passivos regulatórios (Parcela de Ajustes – PA) e (ii) provisões de contingências.

Resultados do 1º trimestre de 2025



3.3.7. Impostos

A redução anual de R\$ 20,5 MM do Imposto de Renda e Contribuição Social no Regulatório reconhecido no resultado, entre o 1T25 e o 1T24, é explicado principalmente pela (i) baixa extemporânea nos passivos diferidos fiscais referentes à amortização de custos de debêntures e ágio, no total de R\$ 29,5 MM, e (ii) redução do lucro antes dos impostos. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela (i) baixa de tributos diferidos em função da alteração de regime tributário da Brasnorte em 2024 e (ii) redução dos incentivos fiscais das concessões como consequência do prejuízo fiscal na TAESA Controladora.

R\$ MM	Regulatório		
	1T25	1T24*	Var.%
Conciliação Imposto			
Lucro antes dos impostos (EBT)	173,5	195,2	-11,1%
Exclusão Equivalência Patrimonial (EP)	(98,5)	(108,6)	-9,3%
Base excluindo EP	75,0	86,6	-13,4%
Dedução - JCP distribuído	-	-	0,0%
Lucro Tributável	75,0	86,6	-13,4%
IRCS (alíquota 34%)	(25,5)	(29,5)	-13,4%
Impacto do Regime de Lucro Presumido	8,4	21,3	-60,4%
Benefício SUDAM/SUDENE	2,6	11,9	-78,5%
Outros	29,3	(9,5)	-
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	14,8	(5,7)	-
Alíquota Efetiva: IRCS / Base excluindo EP	-19,7%	6,6%	-26,3 pp

Alíquota de tributação, partindo Base ex-EP	34,0%	34,0%
Deduções e benefícios fiscais	-53,7%	-27,4%
JCP	0,0%	0,0%
Lucro Presumido	-11,2%	-24,5%
SUDAM/SUDENE	-3,4%	-13,8%
Outros	-39,1%	10,9%
Alíquota Efetiva	-19,7%	6,6%

* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 31 de março de 2025.

Resultados do 1º trimestre de 2025



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas concessões que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN *	"Real"	"Sudene"	76%	2031	0,65%	3,00%
Munirah*	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
GTESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
PATESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
NVT *	"Real"	"Sudam"	76%	2033	0,65%	3,00%
ETEO *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene/Sudam"	100%	2031/2032	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
Saira	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
BRASNORTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETAU	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1,65%	7,60%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2031	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Ananai	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Juruá	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Pitiguari	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Tangará	"Presumido"	-	-	(1)	0,65%	3,00%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2033	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2031	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	38%	2032	1,65%	7,60%
Ivaí	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%

* Empresas que apuram PIS/COFINS tanto pelo Regime Cumulativo (RAP) quanto pelo Regime não Cumulativo (novas receitas).

(1) A obtenção do benefício ocorrerá junto a entrada em operação do projeto, quando o prazo do benefício também será determinado.

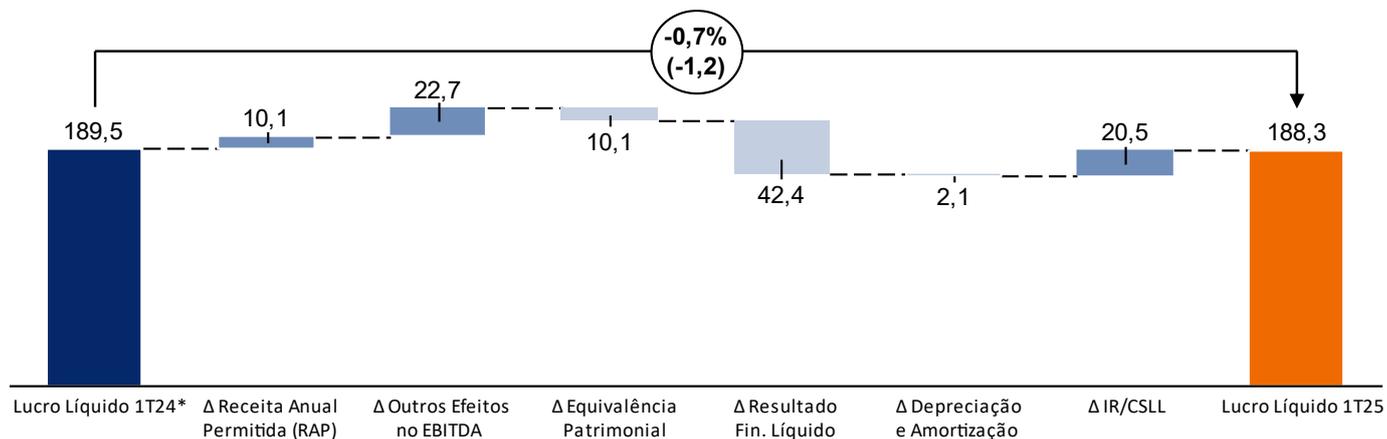
Resultados do 1º trimestre de 2025



3.3.8. Lucro Líquido

Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 188,3 MM no 1T25, apresentando uma queda anual de 0,7%.

Lucro Líquido Regulatório – 1T25:



* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 31 de março de 2025.

Resultados do 1º trimestre de 2025



3.4. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 29 de abril de 2025, os acionistas aprovaram a proposta da administração quanto à destinação dos resultados do exercício social de 2024, dos quais: (i) R\$ 783,5 MM para reserva de lucros a realizar; (iii) R\$ 598,6 MM em proventos pagos ao longo de 2024 e início de 2025, sendo R\$ 197,8 MM em dividendos intercalares e R\$ 400,9 MM em Juros sobre Capital Próprio (JCP); e (iv) R\$ 301,5 MM (R\$ 0,88 / Unit) em dividendos mínimos obrigatórios remanescentes a serem pagos em duas parcelas: (i) R\$ 190,6 MM (R\$ 0,55 / Unit) em 28 de maio de 2025, e (ii) R\$ 110,9 MM (R\$ 0,32 / Unit) em 27 de novembro de 2025. Com isso, o montante total de proventos distribuídos sobre o resultado de 2024 foi R\$ 900,1 MM (R\$ 2,61 / Unit), representando um payout de 90,8% do lucro líquido regulatório.

Na data de hoje, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado levantado em 31 de março de 2025, no montante de R\$ 188,3 MM (R\$ 0,55 / Unit) a título de JCP. Este montante equivale a 100% do lucro líquido regulatório apurado no primeiro trimestre de 2025. O pagamento ocorrerá no dia 27 de agosto de 2025, a partir da data base de 12 de maio de 2025.

Resultados do 1º trimestre de 2025



3.5. Endividamento

No 1T25, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 10.316,3 MM, 5,1% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 807,9 MM, registrando um aumento de 6,8% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 9.508,4 MM, 5,0% maior que o 4T24.

R\$ MM					
Dívida Líquida	1T25	% Dív Bruta	4T24	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	956,5	9,3%	1.408,9	14,4%	-32,1%
Cesta de Moedas	(6,0)	-0,1%	(7,7)	-0,1%	-22,6%
CDI	451,6	4,4%	768,9	7,8%	-41,3%
IPCA	511,2	5,0%	643,4	6,6%	-20,6%
IGP-M	(0,3)	0,0%	4,3	0,0%	-107,5%
Longo Prazo	9.359,8	90,7%	8.405,3	85,6%	11,4%
Cesta de Moedas	(1,7)	0,0%	(6,2)	-0,1%	-72,7%
CDI	2.917,6	28,3%	2.916,9	29,7%	0,0%
IPCA	6.123,6	59,4%	5.179,8	52,8%	18,2%
IGP-M	320,3	3,1%	314,8	3,1%	1,8%
Endividamento Total	10.316,3	100,0%	9.814,2	100,0%	5,1%
(-) Caixa e Aplicações*	(807,9)		(756,7)		6,8%
(=) Dívida Líquida	9.508,4		9.057,5		5,0%

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

O aumento de 6,8% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicado principalmente pela captação via a 17ª emissão de debêntures da TAESA no valor de R\$ 650 MM e pela geração de caixa. Estes efeitos foram compensados, em parte, pelo pagamento no valor de aproximadamente (i) R\$ 468 MM em juros e amortização referente a 11ª, 14ª, 15ª, e 16ª emissões de debêntures da TAESA e a 1ª emissão de debêntures de Janaúba, (ii) R\$ 268 MM em Capex no trimestre, e (iii) em R\$ 230 MM em proventos pagos em janeiro de 2025.

Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 12.774,7 MM e o caixa de R\$ 1.232,2 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 1.277,1 MM e caixa/aplicações de R\$ 278,7 MM; (ii) caixa/aplicações da ETAU de R\$ 19,0 MM; e (iii) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 1.181,2 MM e caixa/aplicações de R\$ 126,6 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 4,1x no 1T25, levemente superior ao valor registrado no 4T24 (4,0x).

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	10.316,3	807,9	9.508,4
ETAU (75,6%)	0,0	19,0	-19,0
TBE (49,99%)	1.277,1	278,7	998,4
AIE (50%)	1.181,2	126,6	1.054,6
TOTAL	12.774,7	1.232,2	11.542,4

Resultados do 1º trimestre de 2025



A dívida da TAESA, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	5ª Debêntures	IPCA	377.674	15.838	IPCA + 5,9526%	AAA.br	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	443.303	39.445	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	281.617	5.566	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Semestral	2
	7ª Debêntures	IPCA	872.961	1.562	IPCA + 4,50%	AAA.br	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	384.714	5.260	IPCA + 4,7742%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	10ª Debêntures	CDI	646.625	31.976	CDI + 1,70%	AAA(bra)	Mai/2028	Bullet	1
	10ª Debêntures	IPCA	123.374	2.123	IPCA + 4,7605%	AAA(bra)	Mai/2036	Anual	1
	11ª Debêntures	CDI	432.883	12.124	CDI + 1,36%	AAA(bra)	Mai/2027	Semestral	2
	12ª Debêntures	IPCA	706.348	17.760	IPCA + 5,60%	AAA.br	Abri/2029	Bullet	1
	12ª Debêntures	IPCA	330.269	8.681	IPCA + 5,75% a.a.	AAA.br	Abri/2032	Anual	1
	12ª Debêntures	IPCA	351.211	9.371	IPCA + 5,85%	AAA.br	Abri/2037	Anual	1
	14ª Debêntures	IPCA	343.806	806	IPCA + 5,8741%	AAA(bra)	Set/2033	Bullet	1
	14ª Debêntures	IPCA	82.026	219	IPCA + 6,0653%	AAA(bra)	Set/2035	Bullet	1
	14ª Debêntures	IPCA	406.732	1.011	IPCA + 6,2709%	AAA(bra)	Set/2038	Anual	1
	15ª Debêntures	CDI	993.132	5.411	CDI + 0,63%	AAA(bra)	Mai/2028	Bullet	1
	15ª Debêntures	IGP-M	319.263	736	IGP-M + 5,8438%	AAA(bra)	Mai/2034	Anual	1
	16ª Debêntures	CDI	398.905	2.152	CDI + 0,55%	-	set/2031	Bullet	1
	17ª Debêntures	IPCA	632.913	8.594	IPCA + 7,1690%	AAA.br	jan/2040	Anual	1
	SWAP - Citibank	CDI	363.193	0	CDI + 0,65% a.a.	-	Set/2025	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	127.316	0	IPCA + 3,995% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	127.321	0	IPCA + 3,99% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	63.676	0	IPCA + 3,94% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	63.620	0	IPCA + 3,91% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	63.227	0	IPCA + 3,66% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1	
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	63.291	0	IPCA + 3,59% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1	
Non-Deliverable Forward (NDF)	-	-7.673	0	-	-	-	-	-	-
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	235.386	2.150	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Semestral	2
	2ª Debêntures	IPCA	860.451	11.842	IPCA + 4,8295% a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	43.970	2.132	IPCA + 2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
EATE	9ª Debêntures	CDI	99.921	6.462	CDI + 1,9%	-	Abri/2026	4 e 5ª ano	1
	10ª Debêntures	CDI	54.844	2.922	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5ª ano	1
	11ª Debêntures	CDI	154.515	1.508	CDI + 1,65%	-	Dez/2028	3, 4 e 5ª ano	1
	12ª Debêntures	CDI	127.004	1.175	CDI + 0,89%	-	set/2029	4ª e 5ª ano	2
EBTE	2ª Debêntures	CDI	37.221	2.408	CDI + 1,9%	-	Abri/2026	4 e 5ª ano	1
	3ª Debêntures	CDI	33.418	1.782	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5ª ano	1
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	134.487	59.731	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	6ª Debêntures	CDI	9.540	617	CDI + 1,9%	-	Abri/2026	4 e 5ª ano	1
	7ª Debêntures	CDI	11.423	609	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5ª ano	1
	8ª Debêntures	CDI	38.190	353	CDI + 0,89%	-	Set/2029	Trimestral	4
ENTE	5ª Debêntures	CDI	14.944	797	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5ª ano	1
	6ª Debêntures	CDI	24.899	243	CDI + 1,65%	-	Dez/2028	3, 4 e 5ª ano	1
	7ª Debêntures	CDI	23.368	130	CDI + 0,89%	-	Set/2029	4ª e 5ª ano	2
ETEP	4ª Debêntures	CDI	24.976	1.616	CDI + 1,9%	-	Abri/2026	4 e 5ª ano	1
	5ª Debêntures	CDI	17.436	930	CDI + 1,8%	-	Mai/2027	4 e 5ª ano	1
	6ª Debêntures	CDI	48.777	452	CDI + 0,89%	-	Set/2029	4ª e 5ª ano	2
ESTE	1ª Debêntures	IPCA	299.302	10.952	IPCA + 4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	1.042	78	TJLP + 3,5%	-	Out/2029	Mensal	12
	3ª Debentures	CDI	26.982	1.745	CDI + 1,9%	-	Abri/2026	4 e 5ª ano	1
	BDMG	pré-fix	317	29	TJLP + 6,5%	-	Abri/2026	Mensal	12
IVAÍ	1ª Debêntures	IPCA	1.167.025	14.195	IPCA + 4,9982% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			12.481.170	293.490					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

Resultados do 1º trimestre de 2025



3.6. Empreendimentos de Grande Porte em Construção

A Companhia possui atualmente cinco empreendimentos em construção com um investimento total ANEEL de R\$ 4,5 bilhões e uma RAP de R\$ 487,3 MM (ciclo RAP 2024-2025) – uma parte dessa RAP já em operação (R\$ 130,5 MM de Saíra e R\$ 4,4 MM de Pitiguari) – e cinco reforços de grande porte nas concessões TSN, São Pedro, ATE e ATE III com um investimento total ANEEL de R\$ 268,9 MM e uma RAP autorizada de R\$ 45,5 MM.

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2024-25) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananái (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% TAESA	162,5	1.750	mar/22	mar/27	Em andamento
Leilão 001/2022 Jun/22	Pitiguari (Lote 10)	93 km / Santa Catarina	100% TAESA	22,2	243	set/22	mar/27	Em andamento (20% de RAP habilitada)
Leilão 002/2022 Dez/22	Tangará (Lote 3)	279 km / Maranhão e Pará	100% TAESA	102,8	1.117	mar/23	mar/28	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Saíra (Lote 5)	743 km / Rio Grande do Sul e Santa Catarina	100% TAESA	182,0	1.176	mar/23	mar/28	Em andamento (*72% de RAP habilitada)
Leilão 002/2024 Set/24	Juruá	1,2 km / São Paulo	100% TAESA	17,8	244,0	dez/24	jun/28	Em andamento
REA nº 13.194/2022	TSN	1.139 km / Bahia e Goiás	100% TAESA	10,6	70,7	jul/22	jan/25	Em andamento
REA nº 15.027/2024 Despacho nº 677/2024	São Pedro	418 km / Piauí e Bahia	100% TAESA	6,1 5,0	40,9 34,6	abri/23 mar/24	nov/25 set/26	Em andamento
REA nº 14.819/2023	ATE	370 km / São Paulo e Paraná	100% TAESA	17,5	80,9	ago/23	abr/26	Em andamento
REA nº 15.196/2024	ATE III	454 km / Pará e Tocantins	100% TAESA	6,4	41,8	mar/24	mar/26	Em andamento
TOTAL		6.789 km		R\$ 533	R\$ 4.799			

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima estão adicionados de PIS/COFINS

Resultados do 1º trimestre de 2025



3.6.1. Investimentos

No 1T25, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 267,9 MM contra R\$ 77,2 MM investidos no 1T24, referentes aos empreendimentos em construção. O aumento de cerca de R\$ 190,7 MM entre os períodos comparados se deve, principalmente, por maiores investimentos nos empreendimentos Tangará, Saira (2ª fase) e Pitiguari. Estes efeitos foram compensados por menores investimentos nos reforços de Novatrans em função das energizações ocorridas entre novembro 2024 e fevereiro 2025, Ananaí devido ao atraso do licenciamento ambiental, e TSN.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

R\$ MM	Custo de Implementação (Capex)										TOTAL
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	1T25	
Mariana	21,2	38,1	22,8	55,1	34,6	-	-	-	-	-	176,5
Miracema	1,2	41,7	115,0	110,7	-	-	-	-	-	-	268,6
Janaúba	-	10,2	30,7	116,1	655,1	162,1	-	-	-	-	974,2
Aimorés	-	3,9	3,6	65,9	82,0	15,8	37,4	-	-	-	208,6
Paraguaçu	-	5,8	4,6	110,8	109,0	40,5	92,7	-	-	-	363,4
Ivaí	-	8,7	12,7	46,2	379,1	348,5	131,2	248,1	-	-	1.174,5
ESTE	-	0,9	4,5	6,2	122,5	140,8	28,5	-	-	-	303,4
EDTE	-	-	14,6	175,2	1,8	-	-	-	-	-	191,6
Sant'Ana	-	-	-	32,2	151,0	268,3	118,4	124,3	-	-	694,2
Ananaí	-	-	-	-	-	-	106,9	581,1	304,7	33,3	1.026,1
Pitiguari	-	-	-	-	-	-	3,8	27,6	183,2	20,0	234,6
Tangará	-	-	-	-	-	-	-	78,1	221,3	132,5	431,9
Saira ¹	-	-	-	-	-	-	-	927,9	59,4	78,7	1.066,0
Juruá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novatrans ²	-	-	-	-	-	-	-	46,1	170,4	6,9	209,6
TSN ³	-	-	-	-	-	-	-	17,7	68,4	1,6	84,6
São Pedro ⁴	-	-	-	-	-	-	-	0,1	7,9	4,2	12,2
ATE ⁵	-	-	-	-	-	-	-	1,3	14,4	4,6	20,3
ATE III ⁶	-	-	-	-	-	-	-	-	5,5	3,2	8,7
Total	22,4	109,2	208,7	718,3	1.535,2	975,9	519,0	2.052,4	1.035,4	267,9	7.449,0

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. Os valores apresentados de reforços (Novatrans, TSN, São Pedro, ATE e ATE III) a partir de 2023 são majoritariamente referentes às REAs destacadas neste documento, mas podem considerar reforços de menor porte ou melhorias que não foram mencionados aqui. (1) O valor de 2023 inclui o pagamento da indenização de R\$ 870,6 MM à concessionária anterior. (2) Os valores de Novatrans são referentes principalmente aos reforços autorizados através das Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022. (3) O valor da TSN é referente principalmente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 13.194/2022. (4) O valor de São Pedro é referente principalmente aos reforços autorizados através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.027/2024 e Despacho ANEEL nº 677/2024. (5) O valor da ATE é referente principalmente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023. (6) O valor da ATE III acima é referente principalmente a reforços de pequeno porte e melhorias.

Resultados do 1º trimestre de 2025



3.6.2. Premissas Divulgadas

Visando maior transparência e com o intuito de facilitar o cálculo e modelagem do fluxo de caixa da Companhia, segue abaixo algumas premissas dos empreendimentos atualmente em construção, arrematados em leilões (*greenfield*).

Antecipação de entrada em operação versus prazo ANEEL:

- Ananaí: 11 a 15 meses
- Pitiguari: mais que 24 meses
- Tangará: mais que 24 meses
- Saíra (2ª fase): mais que 24 meses
- Juruá (lote 3): 6 meses (limite do edital)

Eficiência do CAPEX versus CAPEX ANEEL:

- Ananaí, Pitiguari, Tangará e Saíra (2ª fase): média de 15%
- Juruá: mais que 25%

Outras premissas – Juruá:

- 80% do CAPEX concentrado em equipamentos
- Mais de 50% do CAPEX a ser desembolsado no último ano da obra
- Margem EBITDA acima de 90%
- Regime de lucro presumido

3.6.3. Status dos Projetos

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios (i) em novembro de 2022, para o corredor de 525kV para as linhas de transmissão LT Foz do Iguaçu – Guaíra (circuito duplo), Módulos Gerais 525 kV das SE Foz do Iguaçu e SE Guaíra, Bancos de Reatores 525 kV da SE Guaira, e (ii) em maio de 2023, para os Bancos de Transformadores 525/230 kV da SE Guaíra. Emissão dos TLDs para esses trechos em maio de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525 kV para as linhas de transmissão LT 525 kV Guaíra – Sarandi (circuito duplo) em novembro de 2022, com emissão de TLD em dezembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525kV dos Bancos de Reatores da SE Guaíra em novembro de 2022, com emissão de TLD em janeiro de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para início da operação comercial do Banco de Capacitores 138kV-30 Mvar da SE Paranavaí Norte, o Módulo Geral 230 kV da SE Paranavaí Norte com interligações, Bancos de Transformadores 230/138 kV da SE Paranavaí Norte, LT 230 kV Sarandi

Resultados do 1º trimestre de 2025



- Paranavaí Norte (circuito duplo) e entradas de linha 138 kV Paranavaí e a LT 230 kV Sarandi-Paranavaí Norte (circuito duplo) em janeiro de 2023, com emissão de TLD em abril de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios e TLD para LT 525 kV Sarandi – Londrina C1 em novembro de 2022. Emissão dos Termos de Liberação provisórios para LT 525 kV Sarandi – Londrina C2 em novembro de 2022. Emissão de TLD para o Módulo Geral 525 kV da SE Londrina em novembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o Módulo Geral 525 kV da SE Sarandi, os Bancos de Reatores 525 kV SE Sarandi, e os Bancos de Transformadores 525/230 kV SE Sarandi em novembro de 2022. Emissão dos TLDs para estes trechos em agosto de 2023.
- Atendimento de requisitos para fins de liberação de garantia no processo de debêntures emitidas.
- Emissão do TLD LT 525 kV Sarandi – Londrina C2 em março de 2023.
- Entrada em operação comercial total em março de 2024.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.
- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Termos de Liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 e LT Livramento 3 – Cerro Chato e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 emitidas em 1º de abril de 2022, retroativo a 28 de março de 2022.
- Termos de Liberação para a linha de transmissão LT Livramento 3 – Maçambará 3, para subestação SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C1 emitido em 7 de dezembro de 2022, retroativo a 30 de novembro de 2022.
- Energização do trecho de LT Livramento 3 – Santa Maria 3 e SE Santa Maria 3 em 2 de maio de 2023.
- Energização do Compensador Síncrono da SE Livramento 3 em 18 de maio de 2023.
- Energização do Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C2 em 25 de agosto de 2023.
- Empreendimento incorporado na TAESA em 29 de dezembro de 2023.
- Entrada em operação comercial em dezembro de 2023.

Nota: O empreendimento atualmente recebe 98,8% de sua RAP, uma vez que existem pendências técnicas que estão sendo conciliadas junto a ANEEL e uma vez que sanadas Sant'Ana passará a receber 100% da sua RAP.

Ananai

- Constituição da empresa Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2021 para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.
- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.
- Licença Prévia (LP) para o trecho da LT 525 kV Bateias – Curitiba Leste emitida em agosto de 2023 e para o trecho da LT 500 kV Ponta Grossa – Assis emitida em setembro de 2023.

Resultados do 1º trimestre de 2025



- Licença de Instalação (LI) para o trecho da LT 525 kV Bateias – Curitiba Leste, incluindo as obras de ampliação das subestações SE Bateias e SE Curitiba Leste a serem interligadas, emitida em junho de 2024.
- Licença de Instalação (LI) para o trecho da LT 500 kV Ponta Grossa – Assis, incluindo as obras de ampliação das Subestações SE Ponta Grossa e SE Assis a serem interligadas, emitida em novembro de 2024.
- Avanço físico: 39,4% em 31 de março de 2025.

Pitiguari

- Constituição da empresa Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. em junho de 2022 para construir e operar o Lote 10 do Leilão 001/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de setembro de 2022.
- Licença Prévia (LP) para os trechos LT 230 kV Abdon Batista – Videira e LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande emitida em agosto de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para os trechos LT 230 kV Abdon Batista – Videira e LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande, incluindo as obras de ampliação das subestações SE Barra Grande, SE Abdon Batista e SE Videira, emitida em fevereiro de 2024.
- Emissão do Termo de Liberação do trecho LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande em dezembro de 2024, representando 20% da RAP do empreendimento.
- Avanço físico: 91,2% em 31 de março de 2025.

Tangará

- Constituição da empresa Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2022 para construir e operar o Lote 3 do Leilão 002/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Licença Prévia para Subestação Santa Luzia III emitida em dezembro de 2023 e para LT 230kV Açailândia – Dom Eliseu II e para LT 230kV Encruzo Novo – Santa Luzia III em janeiro de 2024.
- Licença Ambiental Unificada para a SE Encruzo Novo em janeiro de 2024.
- Licença Prévia para o seccionamento da LT 230 kV Açailândia – Miranda II em fevereiro de 2024.
- Licença de Instalação para a subestação SE Santa Luzia III em fevereiro de 2024.
- Licença de Instalação para a SE Açailândia, SE Dom Eliseu II e LT 230 kV Encruzo Novo – Santa Luzia III em junho de 2024.
- Licença de Instalação para o seccionamento da LT 500 kV Açailândia – Miranda II na SE Santa Luzia III em outubro de 2024.
- Licença de Instalação para a LT 230 kV Açailândia – Dom Eliseu II em novembro de 2024.
- Avanço físico: 60,2% em 31 de março de 2025.

Saíra

- Constituição da empresa Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. para operar e realizar revitalizações do Lote 5 do Leilão 002/2022, conforme previsto no contrato.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Operação das instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão LT Santo Ângelo – Itá, LT Garabi 2 – Santo Ângelo, e LT Garabi 1 – Fronteira com RAP habilitada (1ª fase) em operação em 31 de março de 2023.
- Empreendimento incorporado na TAESA em 29 de dezembro de 2023.
- Revitalizações (2ª fase) - Avanço físico: 74,5% em 31 de março de 2025.

Resultados do 1º trimestre de 2025



Reforços Novatrans

- Obtenção das Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022, em outubro de 2022, para implantar reforços nas instalações de Novatrans relativo à substituição do banco de capacitores na SE Imperatriz e na SE Colinas.
- Emissão do Termo de Liberação referente à parte das instalações da Colinas, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.823/2022 em novembro de 2024
- Emissão do Termo de Liberação referente ao banco de capacitor da SE Colinas, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.850/2022 em dezembro de 2024
- [Emissão Termo de Liberação referente à parte remanescente das instalações de Imperatriz, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.823/2022 em fevereiro de 2025.]
- Avanço físico: 100% em 31 de março de 2025.

Reforços TSN

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 12.267/2022 em novembro 2022, posteriormente alterada via REA nº 13.194/2022, em novembro de 2022, para implantar reforço na concessão TSN relativo à instalação do 3º Autotransformador 500/230 kV, 3x100 MVA e conexões na SE Bom Jesus da Lapa II.
- Avanço físico: 68,1% em 31 de março de 2025.

Reforços São Pedro

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.524/2023 em abril de 2023, posteriormente alterada via REA nº 15.027/2024, em janeiro de 2024, para implantar reforço na concessão São Pedro relativo à instalação de seccionamento da LT 230kV Rio Grande II – Barreiras II e módulos na SE Barreiras.
- Obtenção de Despacho ANEEL nº 677/2024, em março de 2024, para implantar reforço relativo à instalação do 3º Autotransformador 230/138 kV da SE Rio Grande II.
- Avanço físico: (REA nº 15.027/2024): 36,0% em 31 de março de 2025.
- Avanço físico: (DSP nº 677/2024): 4,4% em 31 de março de 2025.

Reforços ATE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023, em agosto de 2023, para implantar reforço na concessão ATE relativo à instalação do 2º Autotransformador 500/440 kV, 3x500 MVA e conexões na SE Assis.
- Avanço físico: 23,1% em 31 de março de 2025.

Reforços ATE III

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.196/2024, em março de 2024, para implantar reforço na concessão ATE III relativo à instalação do 2º Banco de Reatores de Barra Monofásicos de 3 x 45,3 Mvar na SE Itacaiúnas.
- Avanço físico: 13,4% em 31 de março de 2025.

Resultados do 1º trimestre de 2025



3.7. Resultado Societário (IFRS)

3.7.1. Receita Líquida

A Receita Líquida IFRS do 1T25 foi de R\$ 982,9 MM, 34,7% maior que o 1T24, impulsionada principalmente por: (i) maiores investimentos em Tangará e Saíra (2ª fase), além de Pitiguari e dos reforços em Novatrans, ATE, e na TSN; (ii) crescimento da receita de correção monetária em função do maior IGP-M e IPCA entre os períodos comparados; e (iii) menor Parcela Variável principalmente em função de eventos atípicos no 1T24. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos menores investimentos em Ananaí, devido ao atraso no licenciamento ambiental.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a TAESA contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo de contrato da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é reconhecido mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do primeiro trimestre de 2025 foram:

Mês	IGP-M	IPCA	Mês	IGP-M	IPCA
dez/23	0,74%	0,56%	dez/24	0,94%	0,52%
jan/24	0,07%	0,42%	jan/25	0,27%	0,16%
fev/24	-0,52%	0,83%	fev/25	1,06%	1,31%
Acumulado 1T24	0,29%	1,82%	Acumulado 1T25	2,29%	2,00%

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	1T25	1T24*	Var.%
Operação e manutenção	268,3	267,4	0,3%
Remuneração do ativo contratual de concessão	291,8	286,0	2,0%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	231,5	134,9	71,6%
Implementação de infraestrutura	268,0	119,1	125,0%
Total Receitas IFRS	1.059,6	807,4	31,2%
Parcela variável	(6,7)	(19,9)	-66,1%
Outras receitas operacionais	13,6	14,1	-3,2%
Receita operacional bruta	1.066,5	801,6	33,0%
PIS e COFINS	(57,2)	(45,1)	26,8%
ISS	(0,2)	(0,1)	65,4%
ICMS	(0,1)	(0,0)	525,7%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26,2)	(26,9)	-2,6%
Deduções da receita operacional bruta	(83,6)	(72,1)	15,9%
Receita operacional líquida	982,9	729,5	34,7%

* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 31 de março de 2025.

A variação e a composição da receita líquida IFRS da TAESA refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento de 0,3% da receita de O&M se deve principalmente à entrada em operação dos reforços de Novatrans e parcial de Pitiguari, além do reajuste de 3,9% (IPCA) do ciclo 2024-2025 para as concessões de categoria 3, conforme Resolução Homologatória nº 3.348/2024, compensado pelo reajuste inflacionário de -0,3% (IGP-M) do mesmo ciclo para as concessões de categoria 2.
- **Remuneração do ativo de contrato:** O aumento de 2,0% se deve principalmente à entrada em operação dos reforços de Novatrans e parcial de Pitiguari, além do efeito da correção monetária sobre

Resultados do 1º trimestre de 2025



o ativo de contrato que compensou a queda natural do ativo de contrato em função da amortização dos recebimentos.

- **Correção monetária do ativo de contrato:** A receita de correção monetária apresentou um aumento na comparação anual de R\$ 96,6 MM em razão do maior IGP-M (+2,29% no 1T25 versus +0,29% no 1T24), e maior IPCA (+2,00% no 1T25 versus +1,82% no 1T24), além da entrada em operação dos reforços em Novatrans e parcial de Pitiguari.
- **Implementação de infraestrutura:** O aumento na comparação anual de R\$ 148,9 MM na receita de implementação se deve, principalmente, a maiores investimentos nos empreendimentos Tangará, Saíra (2ª fase) e dos reforços da Novatrans, ATE, Pitiguari e TSN. Estes efeitos foram compensados parcialmente por menores investimentos e atualização da margem de construção em Ananai decorrentes dos ajustes no cronograma de CAPEX.
- **Parcela variável (PV):** Idem explicação da Parcela Variável do resultado regulatório. Vide seção 3.3.1.
- **Outras receitas operacionais:** A queda de 3,2% se deve principalmente pela contabilização realizada no 1T24 de receita complementar relativa a Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) por rescisão de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) pelo ONS de uso do sistema por uma contraparte, no valor de R\$ 7,9 MM, compensada parcialmente pela energização de fevereiro dos reforços de Novatrans e pela entrada em operação parcial (20%) do empreendimento de Pitiguari.
- **Deduções da receita bruta:** Houve um aumento de 15,9% na comparação entre 1T25 versus 1T24 em função do aumento do PIS/COFINS motivado pelo aumento da receita operacional bruta.

Resultados do 1º trimestre de 2025



3.7.2. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 385,6 MM no 1T25, 116,9% maior quando comparado ao 1T24.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)			
R\$ MM	1T25	1T24	Var.%
Pessoal	(62,2)	(66,5)	-6,4%
Material	(290,9)	(81,6)	256,5%
<i>Custo de O&M</i>	(21,2)	(3,9)	446,6%
<i>Custo de infra</i>	(268,6)	(76,3)	252,1%
<i>Diversos</i>	(1,1)	(1,4)	-23,2%
Serviço de terceiros	(17,9)	(20,5)	-12,7%
Outros	(6,8)	(4,6)	48,6%
Total	(377,7)	(173,2)	118,2%
Depreciação e amortização	(7,9)	(4,6)	70,5%
Total	(385,6)	(177,8)	116,9%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** Idem explicação do custo de Pessoal do resultado regulatório. Vide seção 3.3.2.
- **Material:**
 - **Custo de O&M:** O aumento de R\$ 17,3 MM foi influenciado principalmente por maiores investimentos de O&M na concessão de Novatrans (R\$ 15,8 MM) em função da energização de dois reforços de grande porte entregues entre novembro 2024 e fevereiro 2025.
 - **Custo de Implementação:** O aumento de R\$ 192,3 MM na comparação entre 1T25 e o 1T24 se deve, principalmente, por maiores investimentos em Tangará (+R\$ 118,0 MM), Saira (+R\$ 76,1 MM) e Pitiguari (+R\$ 12,6 MM), compensados em parte por menores investimentos nos reforços da Novatrans (-R\$ 17,1 MM) devido a energização, Ananai (-R\$ 5,8 MM) e no reforço da TSN (-R\$ 4,7 MM).
 - **Outros (materiais):** Idem explicação do custo de Materiais do resultado regulatório. Vide seção 3.3.2.
- **Serviços de terceiros:** Idem explicação do custo de Serviços de terceiros do resultado regulatório. Vide seção 3.3.2.
- **Outros:** O aumento de R\$ 2,2 MM se deve principalmente a maiores provisões para contingências civeis.
- **Depreciação e amortização:** O aumento de R\$ 3,3 MM entre o 1T24 e 1T25 se deve basicamente a basicamente à unitização de ativos no 4T24.

Resultados do 1º trimestre de 2025



3.7.3. Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 1T25 totalizou R\$ 170,1 MM, 8,2% maior que o 1T24.

Equivalência Patrimonial IFRS			
R\$ MM	1T25	1T24	Var.%
ETAU	8,0	23,0	-65,2%
TBE	97,3	64,6	50,7%
Aimorés	15,4	16,6	-7,4%
Paraguaçu	23,5	21,1	11,4%
Ivaí	25,9	32,0	-18,9%
Total Equivalência Patrimonial	170,1	157,2	8,2%

O aumento de R\$ 12,9 MM no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 1T25 e o 1T24, se deve principalmente ao: (i) aumento da receita de correção monetária em função dos maiores índices macroeconômicos (principalmente o IGP-M), com impacto relevante na TBE, Ivaí e Paraguaçu; (ii) renovação do benefício fiscal SUDAM na EATE (TBE) no 4T24; e (iii) reposicionamento tarifário negativo no 1T24 na linha de outras receitas referente ao reforço da ERTE (TBE). Estes efeitos foram compensados, em parte, por (i) baixa de tributos diferidos decorrente da alteração de regime tributário da ETAU ocorrido no 1T24, (ii) variação de impostos diferidos na Ivaí devido à menor contabilização de impostos diferidos no 1T24; e (iii) aumento das despesas financeiras, majoritariamente em TBE e Ivaí.

3.7.4. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 344,3 MM no 1T25, 14,0% maior que o registrado no 1T24.

Resultado Financeiro IFRS			
R\$ MM	1T25	1T24*	Var.%
Receitas Financeiras	21,8	26,2	-15,6%
Renda de aplicação financeira	20,2	23,9	-15,6%
Outras Receitas financeiras	1,6	2,3	-29,1%
Despesas Financeiras	(366,0)	(328,1)	11,6%
Juros incorridos	(219,9)	(198,1)	11,0%
Variações monetárias e cambiais	(141,9)	(124,0)	14,4%
Outras despesas/receitas financeiras	(4,3)	(5,9)	-27,4%
Total IFRS	(344,3)	(302,0)	14,0%

* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 31 de março de 2025.

Idem explicação do Resultado Financeiro Regulatório. Vide seção 3.3.6.

Resultados do 1º trimestre de 2025



3.7.5. Impostos

A variação de R\$ 25,7 MM (+79,5%) do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 1T25 e 1T24 é explicado, principalmente, pelo (i) aumento de 4,0% do lucro antes dos impostos, em função da receita de correção monetária com impacto nos impostos diferidos, (ii) menor impacto do regime de lucro presumido motivado pelo prejuízo contábil de Ananaí em 2025, e (iii) menor aproveitamento do benefício de incentivo fiscal. Estes efeitos foram compensados, em parte, pela baixa extemporânea nos passivos diferidos fiscais referentes à amortização de custos de debêntures e ágio, no total de R\$ 29,5 MM.

R\$ MM	IFRS		
	1T25	1T24*	Var. %
Conciliação Imposto			
Lucro antes dos impostos (EBT)	423,1	407,0	4,0%
Exclusão Equivalência Patrimonial (EP)	(170,1)	(157,2)	8,2%
Base excluindo EP	253,0	249,7	1,3%
Dedução - JCP distribuído	-	-	0,0%
Lucro Tributável	253,0	249,7	1,3%
IRCS (alíquota 34%)	(86,0)	(84,9)	1,3%
Impacto do Regime de Lucro Presumido	(3,8)	40,4	-
Benefício SUDAM/SUDENE	2,6	11,9	-78,5%
Outros	29,3	0,3	8918,2%
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(57,9)	(32,3)	79,5%
Alíquota Efetiva: IRCS / Base excluindo EP	22,9%	12,9%	10,0 pp
<hr/>			
Alíquota de tributação, partindo Base ex-EP	34,0%	34,0%	
Deduções e benefícios fiscais	-11,1%	-21,1%	
JCP	0,0%	0,0%	
Lucro Presumido	1,5%	-16,2%	
SUDAM/SUDENE	-1,0%	-4,8%	
Outros	-11,6%	-0,1%	
Alíquota Efetiva	22,9%	12,9%	

* Demonstrações de resultados rerepresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 31 de março de 2025.

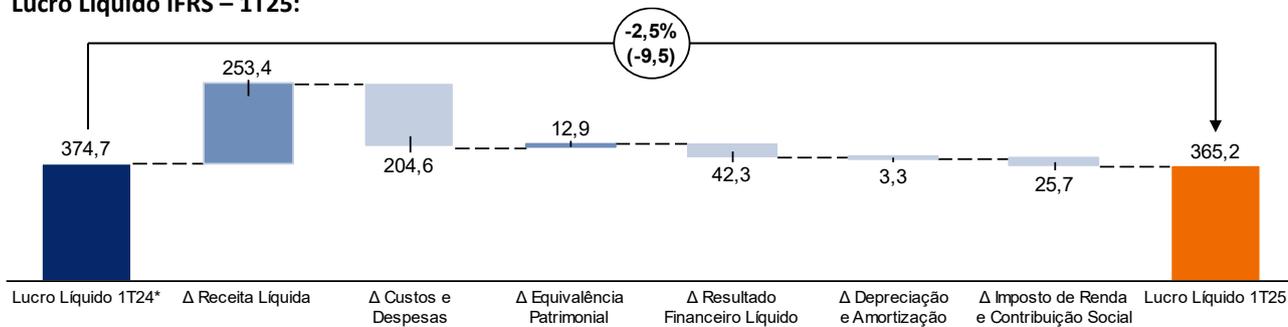
Resultados do 1º trimestre de 2025



3.7.6. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 365,2 MM no 1T25, apresentando uma queda anual de 2,5%.

Lucro Líquido IFRS – 1T25:



* Demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 31 de março de 2025.



4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Valor Residual

A partir do saldo atual do ativo imobilizado das concessões da TAESA, foram calculados a depreciação anual média e o valor residual de cada concessão. O objetivo é dar transparência aos valores não depreciados das concessões ao fim dos seus respectivos contratos.

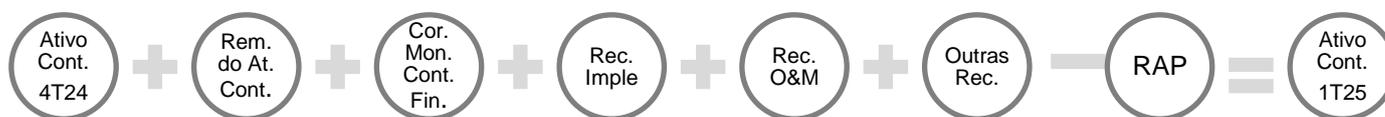
Conforme as notas explicativas das Demonstrações Contábeis Regulatórias, a depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação são determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pela ANEEL. O valor residual é determinado a partir da parcela não amortizada de bens em serviço pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização), e pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória ou de novos investimentos realizados na concessão.

Cumpra esclarecer que a regulamentação vigente é silente quanto a certas premissas que poderão ser utilizadas pela ANEEL, assim não há como garantir que estes valores serão considerados como indenização no vencimento destes contratos. O valor residual é utilizado pela Companhia como uma aproximação do valor da indenização no ativo de contrato no IFRS. Pelas práticas contábeis adotadas pela Companhia, os valores não são corrigidos pela inflação, isto é, eles seguem os valores históricos.

As concessões da TAESA possuem entre R\$ 2,8 a R\$ 3 bilhões de valor residual, sendo R\$ 2 bilhões na TAESA Consolidado e mais R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão entre os grupos TBE e AIE. Vale mencionar que estes valores são (i) proporcionais a participação da TAESA em cada concessão, (ii) valores futuros no momento do vencimento de cada concessão, e (iii) não consideram as concessões leiloadas a partir de 2019, uma vez definida a regra pela ANEEL de que os investimentos iniciais desses projetos devem ser necessariamente amortizados durante o prazo da concessão.

Resultados do 1º trimestre de 2025

4.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



R\$ MM									
Concessão	Taxa Anual [*]	Ativo Contratual 4T24	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo Contratual	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	RAP	1T25
NOVATRANS	10%	1.572,8	50,7	25,4	26,2	48,2	5,0	(126,3)	1.602,0
TSN	10%	805,8	17,9	11,0	8,9	91,1	(0,3)	(118,9)	815,4
MUNIRAH	11%	62,5	1,5	0,9	0,2	6,0	0,0	(7,9)	63,3
GTESA	11%	27,9	0,7	0,5	0,0	0,9	2,8	(4,9)	28,0
PATESA	8%	119,0	2,3	2,2	0,0	2,4	0,0	(6,5)	119,3
ETEO	10%	366,9	9,1	7,1	0,0	18,3	0,0	(38,1)	363,3
NTE	15%	376,9	13,2	7,2	(0,1)	14,9	0,0	(33,2)	378,8
STE	10%	313,9	7,8	6,2	0,0	5,9	(0,0)	(18,5)	315,3
ATE	9%	608,6	13,5	11,6	5,6	11,4	(0,0)	(32,2)	618,6
ATE II	8%	814,6	16,5	15,6	0,0	25,6	(0,0)	(50,4)	821,8
ATE III ¹³	7%	450,5	7,2	7,1	4,0	13,1	0,2	(24,8)	457,3
ETAU ²	18%	106,0	3,5	2,0	-	3,7	2,2	(10,5)	106,9
BRASNORTE ²	6%	248,9	6,7	4,5	-	0,8	0,9	(10,0)	251,8
SÃO GOTARDO ¹	5%	75,0	1,0	1,4	-	0,3	0,0	(1,9)	75,9
SÃO JOÃO ¹³	5%	680,5	10,3	12,6	-	2,4	0,0	(16,7)	689,1
SÃO PEDRO ¹³	7%	717,1	11,6	13,0	4,5	2,0	2,2	(19,6)	730,8
LAGOA NOVA ¹³	9%	146,3	3,2	2,8	-	0,5	0,0	(4,2)	148,7
MARIANA ¹³	6%	274,7	3,9	5,1	-	0,5	0,0	(5,7)	278,5
MIRACEMA ¹³	9%	725,6	16,3	14,0	-	5,4	8,6	(32,7)	737,2
JANAÚBA ¹³	10%	2.412,5	56,4	46,3	-	6,6	(0,0)	(69,6)	2.452,3
SANT'ANA ¹³	9%	806,7	18,3	15,5	-	2,0	0,8	(21,52)	821,7
ANANÁ ²	7%	1.290,7	-	-	(73,3)	-	-	-	1.217,4
PITIGUARI ²	5%	246,6	0,3	2,6	14,8	0,1	0,8	(1,2)	264,1
SAÍRA ²	9%	1.092,0	23,6	18,7	89,1	9,7	(2,9)	(32,6)	1.197,5
TANGARÁ ²	5%	420,6	-	-	187,3	-	-	-	607,8
JURUÁ ²	6%	0,1	-	-	0,9	-	-	-	1,0
AIMORÉS ¹³⁴	8%	532,6	10,1	10,2	-	2,2	(0,0)	(14,2)	540,9
PARAGUACÚ ¹³⁴	8%	836,0	15,6	16,1	-	2,6	(0,0)	(21,2)	849,0
IVAÍ ¹²³⁴	8%	2.112,5	38,8	27,6	-	6,3	-	(52,3)	2.112,5
EATE ⁵	7%	890,7	14,2	26,4	-	8,2	0,1	(47,2)	890,7
EBTE ¹	4%	432,3	4,8	5,2	-	3,5	1,1	(14,0)	432,3
ECTE	6%	72,4	1,1	2,0	-	0,6	0,0	(3,9)	72,4
EDTE ¹³	9%	440,4	9,5	5,7	-	1,5	(0,0)	(12,4)	440,4
ENTE	6%	562,7	8,1	16,7	-	4,2	0,0	(24,3)	562,7
ERTE	5%	118,6	1,5	3,4	-	1,5	0,0	(5,6)	118,6
ESDE ¹	7%	74,1	1,2	0,9	-	0,4	0,2	(2,5)	74,1
ESTE ¹³	8%	734,8	14,0	9,5	-	3,3	7,1	(20,1)	734,8
ETEP	6%	191,8	3,0	5,5	-	2,6	0,0	(10,6)	191,8
ETSE ¹	6%	66,5	1,0	0,8	-	0,3	0,1	(1,8)	66,5
LUMITRANS	5%	60,0	0,7	1,7	-	0,6	0,0	(2,3)	60,0
STC ¹	5%	67,5	0,9	0,8	-	1,0	(1,4)	(4,0)	67,5
TRANSIRAPE ⁵	8%	109,0	1,9	3,0	-	0,9	(2,5)	(5,6)	109,0
TRANSLESTE ⁵	10%	106,9	2,6	3,2	-	0,7	0,0	(4,8)	106,9
TRANSUDESTE ⁵	8%	73,2	1,4	2,2	-	0,6	0,0	(2,9)	73,2
Total		22.244,4	425,8	374,4	268,0	312,9	25,1	(937,8)	22.666,9

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

⁵ Alteração no saldo do Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do cálculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras/TBE.

Resultados do 1º trimestre de 2025



4.3. DRE 1T25

DRE	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	1T25	1T24*	Var.%	1T25	1T24*	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	669.617	659.526	1,5%
Operação e manutenção	268.254	267.404	0,3%	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	291.839	286.021	2,0%	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	231.530	134.903	71,6%	-	-	-	-
Receita de implementação de Infraestrutura	267.999	119.098	125,0%	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	13.620	14.063	-3,2%	432	300	44,3%	-
Parcela variável	(6.749)	(19.896)	-66,1%	(6.749)	(19.896)	-66,1%	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.066.493	801.594	33,0%	663.300	639.930	3,7%	
PIS e COFINS	(57.151)	(45.072)	26,8%	(38.897)	(37.033)	5,0%	-
ISS	(155)	(94)	65,4%	(155)	(94)	65,4%	-
ICMS	(63)	(10)	525,7%	(63)	(10)	525,7%	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(26.231)	(26.932)	-2,6%	(26.257)	(26.932)	-2,5%	-
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(83.599)	(72.108)	15,9%	(65.372)	(64.069)	2,0%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	982.894	729.486	34,7%	597.928	575.861	3,8%	
Pessoal	(62.178)	(66.465)	-6,4%	(62.178)	(66.465)	-6,4%	-
Material	(290.875)	(81.598)	256,5%	(1.112)	(1.447)	-23,2%	-
Serviços de terceiros	(17.931)	(20.542)	-12,7%	(17.931)	(20.542)	-12,7%	-
Outras despesas operacionais	(6.762)	(4.550)	48,6%	(7.086)	(10.552)	-32,8%	-
Custos e Despesas	(377.746)	(173.155)	118,2%	(88.307)	(99.005)	-10,8%	
Depreciação e amortização	(7.888)	(4.627)	70,5%	(90.380)	(88.313)	2,3%	-
Custos, Despesas e D&A	(385.634)	(177.782)	116,9%	(178.687)	(187.318)	-4,6%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	597.260	551.704	8,3%	419.242	388.543	7,9%	
Resultado de equivalência patrimonial	170.117	157.226	8,2%	98.501	108.611	-9,3%	-
Receita financeira	21.770	26.156	-16,8%	21.770	26.156	-16,8%	-
Renda de aplicação financeira	20.168	23.896	-15,6%	20.168	23.896	-15,6%	-
Outras Receitas financeiras	1.602	2.260	-29,1%	1.602	2.260	-29,1%	-
Despesas financeiras	(366.060)	(328.122)	11,6%	(366.026)	(328.061)	11,6%	-
Empréstimos e financiamentos	25.471	(12.018)	-	25.471	(12.018)	-	-
- Juros incorridos	(6.278)	(7.189)	-12,7%	(6.278)	(7.189)	-12,7%	-
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	29.841	(10.101)	-	29.841	(10.101)	-	-
- Ajuste ao valor justo	1.908	5.272	-63,8%	1.908	5.272	-63,8%	-
Instrumentos financeiros derivativos	(46.773)	(6.838)	584,0%	(46.773)	(6.838)	584,0%	-
- Juros incorridos	(9.708)	(7.330)	32,4%	(9.708)	(7.330)	32,4%	-
- Variação cambial	(35.157)	5.765	-	(35.157)	5.765	-	-
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(1.908)	(5.272)	-63,8%	(1.908)	(5.272)	-63,8%	-
Debêntures	(340.424)	(303.282)	12,2%	(340.424)	(303.282)	12,2%	-
- Juros incorridos	(203.886)	(183.583)	11,1%	(203.886)	(183.583)	11,1%	-
- Variações monetárias	(136.538)	(119.698)	14,1%	(136.538)	(119.698)	14,1%	-
- Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(34)	(60)	-43,2%	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(4.301)	(5.924)	-27,4%	(4.301)	(5.924)	-27,4%	-
Resultado financeiro	(344.291)	(301.965)	14,0%	(344.256)	(301.905)	14,0%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	423.086	406.964	4,0%	173.486	195.249	-11,1%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(57.926)	(32.264)	79,5%	14.790	(5.732)	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	365.161	374.700	-2,5%	188.276	189.517	-0,7%	
EBITDA	605.147	556.331	8,8%	509.622	476.856	6,9%	
Margem EBITDA	61,6%	76,3%	-14,7 pp	85,2%	82,8%	2,4 pp	

* Demonstrações de resultados reapresentadas conforme nota explicativa nº 4 do ITR findo em 31 de março de 2025.

Resultados do 1º trimestre de 2025



4.4. DRE Regulatório 1T25 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na TAESA e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	10.471	163.699	14.227	21.235	52.872
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(0)	(537)	(0)	(404)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	10.471	163.161	14.227	20.831	52.872
PIS e COFINS	(398)	(8.719)	(1.309)	(2.054)	(4.891)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(429)	(4.649)	(180)	(269)	(651)
Deduções da receita operacional bruta	(827)	(13.368)	(1.489)	(2.323)	(5.542)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.644	149.794	12.738	18.507	47.331
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(808)	(7.781)	(460)	(738)	(438)
Material	(14)	(566)	(14)	(6)	(32)
Serviços de terceiros	(528)	(3.185)	(304)	(270)	(1.794)
Outras despesas operacionais	(83)	(1.563)	(50)	(76)	(444)
Custos e Despesas	(1.433)	(13.096)	(827)	(1.091)	(2.708)
Depreciação e amortização	(897,21)	(14.585)	(1.322)	(2.286)	(6.812)
Custos, Despesas e D&A	(2.330)	(27.681)	(2.149)	(3.377)	(9.520)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	7.314	122.113	10.589	15.131	37.811
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	374	6.463	241	821	4.804
Despesas financeiras	(44)	(43.512)	(40)	(90)	(38.694)
Resultado financeiro	331	(37.048)	201	731	(33.890)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	7.645	85.064	10.790	15.862	3.921
Imposto de Renda e Contribuição Social	(460)	(6.373)	(1.257)	(1.712)	(1.333)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.185	78.692	9.533	14.150	2.588
EBITDA	8.211	136.698	11.911	17.417	44.623
Margem EBITDA	85,1%	91,3%	93,5%	94,1%	94,3%

Resultados do 1º trimestre de 2025



4.5. DRE IFRS 1T25 (Subsidiárias)

DRE IFRS

	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	3.680	29.881	2.195	2.563	39.161
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.864	66.262	10.123	15.647	39.464
Correção monetária do ativo contratual de concessão	2.685	76.800	10.223	16.068	6.920
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	454	-	-	-
Outras receitas operacionais	2.182	5.990	(0)	(0)	-
Parcela variável	(0)	(537)	(0)	(404)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	10.410	178.850	22.542	33.874	85.545
PIS e COFINS	(389)	(10.356)	(2.068)	(3.247)	(7.913)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(429)	(4.649)	(180)	(269)	(651)
Deduções da receita operacional bruta	(818)	(15.005)	(2.248)	(3.516)	(8.564)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.593	163.845	20.293	30.357	76.981
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(808)	(7.781)	(460)	(738)	(438)
Material	(37)	(3.233)	(14)	(6)	(32)
Serviços de terceiros	(528)	(3.185)	(304)	(270)	(1.794)
Outras despesas operacionais	(83)	(1.332)	(44)	(68)	(444)
Custos e Despesas	(1.456)	(15.531)	(821)	(1.082)	(2.708)
Depreciação e amortização	(13)	(418)	(13)	(23)	(30)
Custos, Despesas e D&A	(1.469)	(15.948)	(834)	(1.105)	(2.738)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINA	8.124	147.897	19.459	29.253	74.244
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	374	6.463	241	821	4.804
Despesas financeiras	(44)	(43.512)	(42)	(92)	(38.694)
Resultado financeiro	331	(37.048)	199	729	(33.890)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	8.454	110.848	19.658	29.982	40.354
Imposto de Renda e Contribuição Social	(458)	(13.522)	(4.272)	(6.513)	(14.415)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.997	97.327	15.385,9	23.469	25.939
EBITDA	8.137	148.314	19.472	29.275	74.273
Margem EBITDA	84,8%	90,5%	96,0%	96,4%	96,5%

Resultados do 1º trimestre de 2025



4.6. Conciliação DRE IFRS x Regulatório

DRE 1T25 (em R\$ milhões)	SOCIETÁRIO				Conciliação SOC x REG	REGULATÓRIO			
	TAESA consolidado	Coligadas e joint ventures	Eliminações	TAESA consolidado proforma		TAESA consolidado proforma	TAESA consolidado	Coligadas e joint ventures	Eliminações
RAP	(0)	(0)	-	(0)	932	932	670	263	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão	292	133	-	425	(425)	-	-	-	-
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	232	145	-	377	(377)	-	-	-	-
Operação e manutenção	268	45	-	313	(313)	-	-	-	-
Implementação de infraestrutura	268	0	-	268	(268)	-	-	-	-
Parcela variável	(7)	(1)	-	(8)	-	(8)	(7)	(1)	-
Outras receitas	14	8	-	22	(21)	0	0	-	-
Receita bruta	1.067	331	-	1.398	(473)	925	663	262	-
Deduções da receita bruta	(84)	(30)	-	(114)	25	(89)	(65)	(24)	-
Receita operacional líquida - ROL	983	301	-	1.284	(448)	836	597,9	238	-
Pessoal	(62)	(10)	-	(72)	-	(72)	(62)	(10)	-
Materiais	(291)	(3)	-	(294)	292	(2)	(1)	(1)	-
Serviço de terceiros	(18)	(6)	-	(24)	-	(24)	(18)	(6)	-
Outros	(7)	(2)	-	(9)	(1)	(9)	(7)	(2)	-
EBITDA	605	279	-	885	(156)	728	510	219	-
Margem EBITDA	61,6%	92,8%	n/a	68,9%	18,2%	87,1%	85,2%	92,0%	n/a
Depreciação e amortização	(8)	(0)	-	(8)	(122)	(130)	(90)	(40)	-
Resultado operacional	597	279	-	876	(278)	599	419	179	-
Resultado de equivalência patrimonial	170	-	(170)	-	-	-	99	-	(99)
Resultado financeiro	(344)	(70)	-	(414)	0	(414)	(344)	(70)	-
Resultado antes dos impostos - LAIR	423	209	(170)	462	(278)	185	173	110	(99)
Impostos e contribuições sociais	(58)	(39)	-	(97)	101	4	15	(11)	-
Lucro líquido	365	170	(170)	365	(177)	188	188	99	(99)

Conciliação EBITDA IFRS x Regulatório

R\$ MM	1T25
EBITDA Societário	885
(-) Correção monetária - IFRS 15	(377)
(-) Receita de construção - IFRS 15	(268)
(-) Receita financeira - IFRS 15	(425)
(-) Receita de O&M e outras	(335)
(+) RAP	932
(+/-) PIS/COFINS diferidos	25
(+) CAPEX operacional	292
(+/-) Provisão - Contrato oneroso	932
(+/-) Outros efeitos societários	(933)
EBITDA Regulatório	728

Resultados do 1º trimestre de 2025

4.7. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial			
R\$ mil	1T25		1T25
	IFRS	Ajustes	Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	209.741	-	209.741
Títulos e Valores Mobiliários	592.879	-	592.879
Clientes	271.873	-	271.873
Ativo contratual de concessão	1.539.572	1.539.572	-
Impostos e contribuições sociais	263.007	-	263.007
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	40.875	-	40.875
Dividendos e JCP a receber	106.368	-	106.368
Estoque	16.658	-	16.658
Outras contas a receber	79.009	-	79.009
Total do Ativo Circulante	3.119.982	1.539.572	1.580.410
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	5.265	-	5.265
Ativo contratual de concessão	13.517.402	13.517.402	-
Tributos Diferidos	-	(16.869)	16.869
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(6.049)	6.049
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	3.762.365	2.521.394	1.240.971
Clientes	31.945	-	31.945
Depósitos judiciais	144.801	-	144.801
Instrumentos financeiros derivativos	3.761	-	3.761
Outras contas a receber	30.829	-	30.829
Imobilizado	219.283	(8.588.925)	8.808.208
Intangível	193.768	(510.756)	704.524
Direito de uso	840	840	-
Total do Ativo Não Circulante	17.910.259	6.917.037	10.993.222
Total do Ativo	21.030.241	8.456.609	12.573.632
Passivos			
Fornecedores	160.537	-	160.537
Impostos e contribuições sociais	51.337	-	51.337
Empréstimos e financiamentos	405.383	-	405.383
Debêntures	594.027	-	594.027
Passivo de arrendamento	1.097	1.097	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	301.616	-	301.616
Taxas regulamentares	46.929	-	46.929
Outras contas a pagar	123.180	6.052	117.128
Total do Passivo Circulante	1.684.106	7.149	1.676.957
Empréstimos e financiamentos	40.875	-	40.875
Debêntures	9.212.195	-	9.212.195
Passivo de arrendamento	19	19	-
Instrumentos financeiros derivativos	108.451	-	108.451
Impostos e contribuições diferidos	1.454.491	1.426.112	28.379
Tributos diferidos	810.600	810.461	139
Provisão para contingências	177.487	2.594	174.893
Provisão para desmobilização de ativos	33	33	-
Obrigações especiais	-	(38.758)	38.758
Fornecedores	1.748	-	1.748
Outras contas a pagar	242.294	-	242.294
Total do Passivo Não Circulante	12.048.193	2.200.461	9.847.732
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.067.535	-	3.067.535
Custos de transações com acionistas	(25.500)	-	(25.500)
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	3.328.565	-	3.328.565
Dividendos adicionais propostos	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(36.555)	(3.294)	(36.555)
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	-	6.071.179	(6.071.179)
Resultado do período	365.161	176.885	188.276
Atribuído a participação dos acionistas controladores	7.297.942	6.248.999	1.045.649
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	7.297.942	6.248.999	1.045.649
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	21.030.241	8.456.609	12.570.338

Resultados do 1º trimestre de 2025

4.8. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	
	1T25
R\$ mil	Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	188.276
Resultado de equivalência patrimonial	(98.501)
Depreciação e amortização	90.380
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	1.146
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	3
Receita de aplicações financeiras	(4.576)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ	(25.471)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	340.424
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	46.773
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.165
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.956)
Tributos diferidos	558
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(622)
Despesa de atualização monetária de contingências	4.551
Provisão contrato oneroso	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	(6.484)
	521.666
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(32.063)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	21.148
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(18.606)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(38.666)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	1.880
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(30.457)
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	-
	(96.764)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	424.902
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.314)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	420.588
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	(587.827)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(293.796)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(881.628)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(908)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(12.665)
Captação de debêntures	621.198
Pagamento de debêntures - principal	(301.397)
Pagamento de debêntures - juros	(167.161)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	(8.913)
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(210.349)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(80.195)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(541.235)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	750.976
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	209.741
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(541.235)

Resultados do 1º trimestre de 2025



4.9. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa	
	1T25
R\$ mil	IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	365.161
Resultado de equivalência patrimonial	(170.117)
Depreciação e amortização	7.634
Amortização de direito de uso	254
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	1.146
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	3
Receita de aplicações financeiras	(4.576)
Custo Implementação - provisão fornecedores	268.610
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ	(25.471)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	340.424
Juros passivo de arrendamento	34
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	46.773
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.165
Imposto de renda e contribuição social diferidos	50.760
Tributos diferidos	18.812
Remuneração do ativo contratual de concessão	(291.839)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(231.530)
Receita de Implementação de Infraestrutura	(267.999)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(622)
Despesa de atualização monetária de contingências	4.551
Provisão contrato oneroso	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	(6.484)
	112.689
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(32.063)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	388.176
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	21.148
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(18.606)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(307.298)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	1.854
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(30.457)
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	-
	22.754
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	135.443
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.314)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	131.129
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	(587.827)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(4.035)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(591.862)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(908)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(12.665)
Captação de debêntures	621.198
Pagamento de debêntures - principal	(301.397)
Pagamento de debêntures - juros	(167.161)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	(8.913)
Pagamento de passivo de arrendamento	(307)
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(210.349)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(80.502)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(541.235)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	750.976
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	209.741
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(541.235)

Resultados do 1º trimestre de 2025



Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a TAESA não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da ETAU, do grupo AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da TAESA, para efeitos de cumprimento da legislação e do estatuto social da TAESA, é feita com base no Resultado IFRS auditado pelos auditores e aprovado em Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

As informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos neste documento podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.